



PARECER DE PLENÁRIO PELA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.213, DE 2024

PROJETO DE LEI Nº 1.213, DE 2024

Dispõe sobre a criação das Carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação, cria o Plano Especial de Cargos da Funai - PECFUNAI e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, altera a remuneração das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, altera a remuneração dos cargos das Carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal, cria a Polícia Penal Federal e a Carreira de Policial Penal Federal, altera a remuneração do cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, altera a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 1.213, de 2024 vem substituir a Medida Provisória (MP) nº 1.203/2023, que ainda tramita no Congresso Nacional. O texto das duas proposições é bastante semelhante.

O que o PL acresce em relação à MP é, basicamente:

- cria o quadro suplementar de servidores da Funai** (a MP só previa o Plano Especial de Cargos da Funai – PECFUNAI);





- b) altera a **remuneração** dos cargos das Carreiras de **Policial Federal** e de **Policial Rodoviário Federal**;
- c) **cria a Polícia Penal Federal** e a **Carreira de Policial Penal Federal**;
- d) altera a **remuneração** do cargo de **Especialista Federal em Assistência à Execução Penal** e de **Técnico Federal de Apoio à Execução Penal**; e
- e) altera a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, para **incluir** os servidores do **Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro do Comando da Marinha** e do **Instituto Nacional de Tecnologia da Informação** no **Plano de Carreiras** dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes **da área de Ciência e Tecnologia**.

Buscou-se, politicamente, o entendimento de aprovar o Projeto de Lei em análise antes do encerramento da vigência da referida Medida Provisória, a qual será revogada (art. 70, XV do PL).

Na Justificação do PL nº 1.213/2024, a Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos argumenta que o conjunto de medidas proposto visa ao aprimoramento da gestão das carreiras e cargos dos órgãos e entidades envolvidos, inclusive das estruturas remuneratórias, para tornar as carreiras e cargos mais atrativos, de forma a atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, bem como ao aprimoramento da gestão de órgãos e entidades.

Assim, o PL cria a Carreira de Especialista em Indigenismo (nível superior) e a Carreira de Técnico em Indigenismo (nível médio), a partir da reorganização dos atuais cargos de Indigenista Especializado e de Agente em Indigenismo. E cria o Plano Especial de Cargos da Funai - PECAFUNAI e a organização do quadro suplementar da Funai, com idêntica remuneração. Os servidores concursados serão transpostos para o PECAFUNAI. Os demais, comporão o quadro suplementar, permanecendo nos mesmos planos e carreiras em que se encontravam anteriormente.

A proposição também prevê a criação da Carreira de Tecnologia da Informação, com a reorganização do cargo de Analista em Tecnologia da Informação, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, inclusive a majoração da remuneração.





e a mudança da estrutura remuneratória para subsídio, a partir da vigência da Lei decorrente do PL.

O PL sugere, ademais, a reestruturação da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais. Além disso, prevê a majoração da remuneração desse cargo, em três parcelas, e a alteração da remuneração para subsídio a partir de 2025. A estrutura de classes e padrões será também alongada de três classes e treze padrões para quatro classes e vinte padrões.

A proposição sugere a reestruturação remuneratória das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração – ANM, com a equiparação da remuneração dos servidores da ANM a dos servidores das demais Agências Reguladoras.

Além disso, o PL também aumenta a remuneração da PF e da PRF, por meio de três parcelas: de agosto de 2024 a maio de 2026.

O PL institui a Polícia Penal Federal (PPF), prevista pela EC nº 104, de 2019. Propõe-se a mudança do requisito de escolaridade de nível médio para superior, para novos concursados. E o aumento da remuneração dos policiais penais em três parcelas (de agosto de 2024 a maio de 2026), bem como a alteração da remuneração para subsídio.

O PL foi apresentado em Plenário no dia 11/4/2024, acompanhado de Mensagem do Poder Executivo, na qual se solicita a tramitação em regime de urgência.

A matéria foi despachada às Comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais - CPOVOS; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família - CPASF; de Ciência, Tecnologia e Inovação - CCTI; de Minas e Energia - CME; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO; de Administração e Serviço Público - CASP; de Finanças e Tributação – CFT (mérito e art. 54, RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, RICD).

Em razão da distribuição da matéria a mais de quatro Comissões de mérito, o projeto submete-se a parecer de Comissão Especial, nos termos do art. 34, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em 14/5/2024, fui designado Relator da matéria.





O projeto submete-se ao regime de urgência constitucional, com base no art. 64 da Constituição Federal, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

Ao projeto foram apresentadas as seguintes Emendas:

Emenda de Plenário (EMP) nº 1, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo que o cargo de “Fiscal Ex-Territórios” do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização, de que trata o artigo 3º, inciso V, da Lei nº 13.681 de 18 de junho de 2018, a que se refere o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e o art. 5º da Emenda Constitucional nº 98 de 6 de dezembro de 2017, passe a denominar-se Auditor-Fiscal, aplicando-se a tabela “a” do Anexo VII da Lei 13.464 de 10 de julho de 2017;

Emenda de Plenário (EMP) nº 2, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo que aos servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais - PCC-Ext, pela Emenda Constitucional nº 60, de 2009, Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e Emenda Constitucional nº 98 de 2017, enquadrados em cargos de igual denominação, ou com atribuições equivalentes as previstas para as categorias funcionais de Agente Administrativo, datilógrafo, Agente de Vigilância, Agente de Portaria, Telefonista, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Agente de Saúde, Agente de Serviços de Engenharia, Motorista Oficial, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, aplica-se o disposto no artigo 5º, da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1991, e o artigo 1º e 2º da Lei nº 8.743, de 9 dezembro de 1993, vedada, em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos anteriores à data da inclusão no Quadro da Administração Federal;

Emenda de Plenário (EMP) nº 3, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo que como meios probatórios da relação de trabalho ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, a que se refere à Emenda Constitucional 98 de 2017, será admitida a justificação administrativa, quando verificada a ocorrência de extravio, deterioração ou destruição de documentos e registros, causados por inundações, incêndios ou outros eventos naturais evidenciadores de justa causa a não apresentação de provas documentais. Além disso, que somente será processada a Justificação Administrativa para fins de comprovação de relação de trabalho ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, se estiver baseada na apresentação, de no mínimo 1 (hum) documento o início de prova material contemporânea aos fatos. Ademais, que a pessoa que





recorrer a prova por meio de Justificação Administrativa deverá apresentar petição, acompanhada de provas da existência do evento que impossibilitou a apresentação das provas documentais, exibindo a prova de sua legitimidade, além do início de prova material, contemporânea aos fatos, elencando testemunhas idôneas em número não inferior a 2 (dois) e nem superior a 4 (quatro), cujos depoimentos possam levar à convicção dos fatos alegados. E sugere regras procedimentais adicionais para a Justificação Administrativa, como idade mínima das testemunhas, provas admitidas etc. E dispõe que compete ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos expedir, no prazo de até 60 dias, orientação normativa quanto aos procedimentos a serem adotados para constituição e apresentação da Justificação Administrativa;

Emenda de Plenário (EMP) nº 4, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo que a vantagem pessoal denominada “V.P. Parecer FC 03/89”, percebida pelos servidores do Quadro em Extinção dos ex-Territórios Federais, não será objeto de incidência do disposto no art. 103, do Decreto-Lei 200 de 1967, e fica sujeita exclusivamente a atualização pelos índices gerais de reajuste dos servidores públicos federais. E que essa regra seja aplicável aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, vedado o desconto, a qualquer título de valores referentes a períodos anteriores à publicação da Lei decorrente do PL em exame;

Emenda de Plenário (EMP) nº 5, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo que o prazo para o exercício do direito de opção de que trata a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de novembro de 2017, fica reaberto pelo período de trinta dias, contado da data de entrada em vigor da Lei decorrente do PL em exame. E que o direito de opção será exercido pelo próprio interessado ou por procurador constituído por procuração pública específica, com poderes próprios para a realização do ato;

Emenda de Plenário (EMP) nº 6, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo que aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal dos ex-Territórios, e aos professores da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, oriundos do quadro dos extintos Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia fica assegurado o reposicionamento em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, considerando um nível para cada dezoito meses de tempo de serviço prestado no cargo. E para fins desse reposicionamento, será observado o posicionamento na tabela de





cada plano de carreira do magistério em que se encontra o professor, concedendo um nível para cada 18 meses de tempo de serviço, até atingir a última classe e nível da tabela salarial. Além disso, que essas disposições incidem sobre as aposentadorias e as pensões, considerado o tempo de serviço prestado, até a data da aposentadoria, ou até a data do óbito, aplicando-se o reposicionamento ao professor cedido ou que haja sido redistribuído, desde que oriundo do Quadro em Extinção dos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia. Ademais, que, uma vez efetuada a atualização do posicionamento a progressão funcional será concedida, conforme o disposto no artigo 12 da Lei n.º 12.772 de 28 de dezembro de 2012 e parágrafo 1º do artigo 138 da Lei n.º 11.784 de 22 de setembro de 2008;

Emenda de Plenário (EMP) nº 7, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo que os servidores pertencentes aos cargos de Fiscal e Fiscal Auxiliar do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização, de que trata o artigo 2º, inciso III e artigo 3º, inciso III, da Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, a que se refere o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 79 de 27 de maio de 2014 e artigo 5º da Emenda Constitucional nº 98 de 6 de dezembro de 2017, ficam enquadrados no cargo de Fiscal de Tributos do quadro em extinção dos ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima, aplicando-se o art. 3º, inciso V, da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018. E que essas disposições aplicam-se aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, vedado o pagamento, a qualquer título de valores referentes a períodos anteriores à publicação da Lei decorrente do PL em exame;

Emenda de Plenário (EMP) nº 8, do Deputado Nicoletti, a qual sugere a inserção dos arts. 58-A e 58-B no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, para permitir as atividades de Magistério e Saúde aos integrantes das carreiras policiais da PF, PRF e PPF;

Emenda de Plenário (EMP) nº 9, do Deputado Dorinaldo Malafaia, a qual sugere a inserção de dispositivo no Projeto de Lei nº 1.213 de 2024, dispondo sobre a criação da Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação, devida aos servidores do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, regidos pela Lei nº. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e aos servidores dos cargos de Técnico-Administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, em exercício nas Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, localizadas em zonas de fronteira ou em localidade de difícil fixação. E que a indenização também será devida ao servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

dezembro de 1990, movimentado para compor força de trabalho na Instituição Federal de Ensino, nas mesmas condições de localidades.

É o Relatório.

Passo a proferir o meu voto.

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1



7



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas



II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, parabenizo o Poder Executivo pelo envio do Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, pois o conjunto de medidas proposto pelo governo federal objetiva concretamente melhorar a gestão de carreiras e cargos dos órgãos e entidades envolvidos, inclusive das estruturas remuneratórias, para tornar as carreiras e cargos mais atrativos, aprimorando a gestão de instituições públicas, sem deixar, por outro lado, de ser atrativo a profissionais de alto nível de qualificação, muitos deles já efetivos na Administração Pública Federal.

No Relatório, elencamos as principais inovações trazidas pelo PL. Tais informações, analisadas detidamente, nos fazem considerar **meritório e oportuno o Projeto de Lei nº 1.213, de 2024.**

Por exemplo, os **reajustes remuneratórios** (PF, PRF, ANM etc.) previstos estão em plena conformidade com os reajustes já concedidos a outras categorias do funcionalismo público federal. Além disso, os reajustes são fruto de amplas negociações entre as carreiras envolvidas e o Poder Executivo, por meio da **Mesa Nacional de Negociação Permanente**.

De igual modo, as medidas sugeridas para modernizar o regime jurídico do quadro funcional da FUNAI são bem-vindas e contribuirão em larga escala para a melhoria das atividades da Fundação. Não podemos perder de vista a recente **crise humanitária vivida pelo Povo Yanomami**, que poderia, ao menos em parte, ter sido evitada, caso a FUNAI estivesse melhor aparelhada.

No que se refere à criação da Carreira de TI, com a reorganização do cargo de Analista em Tecnologia da Informação, inclusive a majoração da remuneração e a mudança da estrutura remuneratória para subsídio, é medida que veio em boa hora, pois tende a atrair e reter esses profissionais, além de fortalecer e consolidar a política de gestão e governança dos recursos de TI na Administração Pública Federal.

Quanto à instituição da Polícia Penal Federal (PPF), é medida que regulamenta, por lei ordinária, o disposto no art. 144, VI, da CF/88.

Em suma, não encontramos na proposição nenhum dispositivo que possa ser questionado quanto ao mérito administrativo, tratando-se, portanto, de projeto de lei vemos com bons olhos, em sua integralidade.





Desde que iniciado o trabalho desta Relatoria, recebemos numerosas demandas das mais variadas carreiras públicas, na busca de melhorias remuneratórias ou alterações na estrutura funcional dos cargos.

Todavia, para racionalizar nosso trabalho, adotamos duas sólidas diretrizes: **a) o respeito aos acordos firmados** entre as categorias profissionais e o Poder Executivo, por meio da **Mesa Nacional de Negociação Permanente** e **b) a observância estrita dos limites orçamentários impostos pelo Arcabouço Fiscal¹**, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional.

Isso revela nosso compromisso com a **segurança jurídica** e com a **responsabilidade fiscal**, institutos tão preciosos para quem lida com a coisa pública.

Esses paradigmas explicam porque não acolhemos boa parte das emendas propostas pelos nobres Pares.

Os **reajustes concedidos** pelo Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, foram todos decorrentes de **negociação entre representantes dos servidores e o Governo Federal**, o que demonstra a postura flexível que o Poder Executivo vem adotando no que se refere às demandas remuneratórias das categorias.

Nesse sentido, qualquer sugestão de alteração remuneratória no PL que não tenha sido ajustada previamente na Mesa Nacional de Negociação Permanente não contará com a nossa chancela.

Bem por isso, **REJEITAMOS** as seguintes Emendas de Plenário:

EMP nº 1: nela há impertinência temática, já que o PL não trata de assuntos relacionados a ex-Territórios; além disso, a aprovação da EMP nº 1 geraria enfraquecimento do processo negocial instituído pela Mesa Nacional de Negociação Permanente e pelas Mesas Específicas e Temporárias, já que os temas que constam do PL foram resultado de acordos firmados. Incluir outros temas implica desconsiderar o processo negocial como forma de implementação de alterações. Além disso, não há justificativa alguma para alteração da denominação do cargo, uma vez que se trata de grupo específico que compõe quadro em extinção da União.

¹ Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que “Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)”.





EMP nº 2: além da impertinência temática, a EMP nº 2 gera impacto orçamentário, violando expressamente o disposto no inciso I do art. 63, CF/88. Além disso, não contém estimativa de impacto. Se o enquadramento de servidores será alterado (pela mudança do nível de escolaridade), obviamente haverá impacto orçamentário, em que pese a justificativa afirmar que não.

EMP nº 3: além do enfraquecimento do processo negocial instituído pela Mesa e pelas Mesas Específicas e Temporárias, a EMP nº 3 gera fragilização do processo comprobatório para ingresso no quadro em extinção da União, aumentando a possibilidade de fraude ou burla ao processo. Ademais, gera impacto orçamentário indireto a longo prazo, uma vez que peticionantes que não possuem direito ao enquadramento poderiam obtê-lo mediante flexibilização do processo.

EMP nº 4: além da impertinência temática e do enfraquecimento do processo negocial perante a Mesa Nacional de Negociação Permanente, a EMP nº 4 gera impacto orçamentário, violando expressamente o disposto no inciso I do art. 63, CF/88. Além disso, não contém estimativa de impacto. Se a emenda busca legalizar vantagem pessoal que não deve ser majorada, obviamente haverá impacto orçamentário, em que pese a justificativa da Emenda afirmar que não.

EMP nº 5: além da impertinência temática e do enfraquecimento do processo negocial perante a Mesa Nacional de Negociação Permanente, a EMP nº 5 gera impacto orçamentário, violando expressamente o disposto no inciso I do art. 63, CF/88. Além disso, não contém estimativa de impacto. Reabrir prazo para opção de ingresso no quadro em extinção da União obviamente acarretará impacto orçamentário, em que pese a justificativa da Emenda afirmar que não.

EMP nº 6: além da impertinência temática e do enfraquecimento do processo negocial perante a Mesa Nacional de Negociação Permanente, a EMP nº 6, ao assegurar, aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal dos ex-Territórios, e aos professores da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, oriundos do quadro dos extintos Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, o reposicionamento em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, gera impacto orçamentário (custo de R\$ 237 milhões/ano, referente ao reposicionamento de todos os 7 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas), violando expressamente o disposto no inciso I do art. 63, CF/88. Essa EMP nº 6 pode ser reputada inconstitucional, devido à transposição com mudança do requisito de escolaridade de ingresso.





EMP nº 7: além da impertinência temática e do enfraquecimento do processo negocial perante a Mesa Nacional de Negociação Permanente, a EMP nº 7, ao propor a reclassificação dos cargos de fiscais de tributos e auxiliares de fiscais de tributos pertencentes à carreira de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, de que trata os artigos 2º, inciso III e artigo 3º, inciso III, da Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, gera impacto orçamentário, violando expressamente o disposto no inciso I do art. 63, CF/88. A EMP nº 7 visa reenquadramento dos cargos de Fiscal e Fiscal Auxiliar dos ex-Territórios em cargos de Fiscal de Tributo (que é de nível superior) com salário equiparado a de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, inclusive aposentados e pensionais (que hoje não ganham como Auditor);

EMP nº 9: além da impertinência temática e do enfraquecimento do processo negocial perante a Mesa Nacional de Negociação Permanente, a EMP nº 9, ao instituir a Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação, gera impacto orçamentário, violando expressamente o disposto no inciso I do art. 63, CF/88, além do art. 113, ADCT². A nosso sentir, a matéria deve ser objeto de discussão na Mesa Nacional de Negociação específica da Educação.

Todavia, entendemos que o PL comporta alguns aperfeiçoamentos.

Assim, **ACOLHEMOS**, com algumas alterações na redação, a **EMP nº 8**, do Deputado Nicoletti, pois entendemos que ela se presta a deixar positivada em lei ordinária a permissão de acumulação de cargos públicos, prevista no inciso XVI do art. 37 da CF/88, aos integrantes das carreiras de Policial Federal, Policial Rodoviário Federal e Policial Penal Federal. Com isso, evita-se a multiplicidade de interpretações divergentes (ora negando, ora permitindo a acumulação) que tem sido exaradas pelos mais variados órgãos da Administração Pública. Já o acréscimo do parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 9.654, de 1998 (Lei de carreira de Policial Rodoviário Federal), tem por objetivo permitir o exercício de atividades de magistério e saúde por PRFs e, com isso, **atender ao compromisso firmado entre o Governo Federal e a categoria PRF**, por meio do **Termo de Acordo nº 08/2023, assinado dia 28/12/2023**, que previu, na cláusula terceira³, a revisão da vedação dessas atividades. Nada mais apropriado, portanto, do que fazer a revisão dessa vedação por meio deste Projeto de Lei nº 1.213, de 2024.

² Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

³ “**Cláusula Terceira:** Serão realizados estudos, até o encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional, visando analisar a possibilidade de **rever a vedação de atividades de magistérios e saúde poriais Rodoviários Federais**”.





Outras **3 (três) sugestões que acolhemos**, como Emendas de Relator, após dialogar com o Poder Executivo, são as seguintes:

- Equiparação dos mandatos da ANM com os das demais agências reguladoras, passando de 4 anos, permitida a recondução, para **5 anos sem recondução** (art. 47-B do substitutivo).

- Quanto às Agências Reguladoras, de um modo geral, alteramos o *caput* do art. 47 e inserimos o art. 47-A no PL nº 1.213, de 2024, para **retirar a vedação para exercício de outra atividade profissional por parte dos servidores das agências**, desde que observado o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou entidade, o dever de disponibilidade ao serviço público e desde que a atividade não seja potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813/2013.

- Em relação à FUNAI, alteramos o art. 18 do PL nº 1.213, de 2024, para assegurar **Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista – GAPIN aos demais servidores** dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, **quando no exercício de atividades inerentes à política indigenista**.

Votamos, portanto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, na forma do substitutivo que acompanha este Parecer, contemplando os aprimoramentos trazidos pela Emenda de Plenário nº 8 e incluindo essas três Emendas de Relator.

II.1 - Da compatibilidade, adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei

Quanto à adequação financeira e orçamentária, de acordo com a Exposição de Motivos EM nº 00026/2024, de 26 de março de 2024, as transformações de cargos geram economia de despesas: (i) do quadro de pessoal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, onde estão sendo transformados 130 cargos vagos de nível intermediário de Técnico em Propriedade Industrial e 209 cargos vagos de nível intermediário de Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial perfazendo um total de R\$ 32.923.446, em 138 cargos de nível superior de Tecnologista em Propriedade Industrial, do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, mais alinhados às necessidades da Instituição, perfazendo um total de R\$ 26.042.658; e (ii) de 750 cargos efetivos vagos de nível intermediário de Agente Administrativo da CPST,





perfazendo um total de R\$ 53.303.152 em 500 cargos efetivos de nível superior de Analista-Técnico Administrativo do PGPE, perfazendo um total de R\$ 53.081.312.

A revogação do Anexo IX da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que traz a tabela de valores de gratificação concedida somente a cargos específicos de planos diversos, como os de Químico, Farmacêutico e Engenheiro Agrônomo, sem perda salarial para os servidores, pois passarão a receber o valor na forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião da reestruturação de sua tabela remuneratória, concessão de reajustes ou vantagem de qualquer natureza, não acarreta impacto orçamentário.

A inclusão de dispositivo na Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, que institui a ERCE para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, de planos de cargos diversos, medida que objetiva prever que servidores optantes por essa estrutura remuneratória possam permanecer nessa condição após futuras reestruturações administrativas não apresenta impacto orçamentário.

A inclusão das Autarquias e das Fundações Federais, do Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro - CTMRJ e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República no Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta não gera impacto orçamentário.

A alteração da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, medida relacionada ao incentivo dado aos servidores que atuam na qualificação da força de trabalho na Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal, não acarreta impacto orçamentário, tendo em vista que não haverá aumento do quantitativo máximo de gratificações estabelecido na lei. Ato ministerial providenciará o remanejamento de gratificações necessárias ao atendimento das demandas da Escola Superior da AGU.

A inclusão do Sistema de Coordenação da Governança e Supervisão Ministerial das Empresas Estatais - SISEST e do Sistema de Gestão de Parcerias da União - SIGPAR no rol de sistemas estruturadores relacionados na Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a criação e concessão da Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais – Gsiste, permite que os servidores em exercício nas unidades desses sistemas estruturadores percebam a Gsiste, não gera impacto orçamentário, tendo em vista que não haverá aumento do quantitativo máximo de gratificações estabelecido em lei.





A prorrogação até 31 de março de 2025 das Funções Gratificadas - FG alocadas na Receita Federal do Brasil - RFB, prazo em que as respectivas funções deverão ser transformadas em FCE, não gera impacto orçamentário, tendo em vista que as funções em tela já se encontram remanejadas e ocupadas no âmbito da RFB e que os recursos necessários para o atendimento da demanda encontram-se previstos em programação orçamentária específica do órgão.

Como medida de racionalização administrativa de serviços, tornou-se necessária a alteração do texto do § 8º do art. 50 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, para sanar possíveis impedimentos do usufruto dos serviços compartilhados do MGI pelo Ministério do Turismo, tendo em vista que a redação atual deste dispositivo veda que os arranjos colaborativos ou modelos centralizados sejam aplicados à pasta do Turismo, a proposta não acarretará aumento de despesas, portanto, sem impacto orçamentário.

Com base nos cálculos realizados, tem-se que o impacto orçamentário da proposta nos exercícios de 2024, 2025 e 2026 será, respectivamente, de R\$ 38.799.371, de R\$ 57.368.713, e de R\$ 75.938.057, para a criação das novas carreiras Indigenistas, do PECFUNAI e para a organização do quadro suplementar da Funai; de R\$ 48.058.476, de R\$ 54.227.225, e de R\$ 60.395.953, para a criação da Carreira de Tecnologia da Informação; de R\$ 12.794.991, de R\$ 22.237.281, e de R\$ 31.811.987, para a reestruturação da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais; de R\$ 33.629.302, de R\$ 56.751.175, e de R\$ 79.489.379, para reestruturação das Carreiras e do Plano de Cargos da ANM; de R\$ 96.867.072, de R\$ 453.234.356, e de R\$ 1.240.059.484, para a majoração remuneratória da Carreira Policial Federal; de R\$ 67.083.269, de R\$ 318.086.498, e de R\$ 937.874.143, para a majoração remuneratória da Carreira de Policial Rodoviário Federal; de R\$ 12.986.134, de R\$ 45.367.647, e de R\$ 70.208.465, para criação da Carreira de Policial Penal Federal; de R\$ 625.055, de 3.145.890, e de R\$ 5.483.555, para a majoração remuneratória da Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, e da Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; e de R\$ 5.986.397, por ano, para criação da GPDEC. Totalizando, para o ano de 2024, aumento de despesa de R\$ 316.830.067,00, dentro do limite de R\$ 503.762.749,00, destinado ao atendimento de PLs relativos e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, expresso no **item 5.1 do Anexo V da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, portanto, adequados financeira e orçamentariamente.**





Em nosso diálogo com o Poder Executivo, em busca do aprimoramento deste Parecer, tomamos ciência da Nota Técnica SEI nº 244/2024/MPO⁴, que trata do **Ateste de disponibilidade orçamentária para fins de reestruturação de carreiras e outras medidas**, onde se lê:

“Conclui-se pela viabilidade de prosseguimento da proposta, uma vez que restam atendidos os requisitos constantes do art. 169, § 1º, da Constituição Federal, bem como dos arts. 119 e 120 Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, LDO 2024, e em conformidade com o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. (Grifamos)

Pelo exposto, quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, **voto por sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária**.

II.2 - Da constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei

Quanto à constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, o tema versado se inscreve na reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, CF/88). Entendemos que o PL não apresenta qualquer vício formal, à luz da Constituição Federal.

Em relação à juridicidade da matéria, de igual modo, não vislumbramos qualquer reparo a ser feito à proposição.

O projeto sob exame obedece à boa técnica legislativa, estando de acordo com os dizeres da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão Especial, votamos:

(i) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, e da Emenda de Plenário nº 8;

 Acesso SEI nº 19975.139342/2023-24.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

(ii) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.213, de 2024, e das Emendas de Plenário nºs 1 a 9;

(iii) no mérito, pela aprovação do Projeto nº 1.213, de 2024, e da Emenda de Plenário nº 8, com o substitutivo em anexo, e pela rejeição das demais Emendas.

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024
PRLP n.1

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2024.

Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS
Relator



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N° 1.213, DE 2024

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 1.213, DE 2024

Dispõe sobre a criação das Carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo e de Tecnologia da Informação; cria o Plano Especial de Cargos da Funai - PECEFUNAI e o quadro suplementar da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai; define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009; altera a remuneração das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; altera a remuneração dos cargos das Carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal; altera a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998; cria a Polícia Penal Federal e a Carreira de Policial Penal Federal; altera a remuneração do cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal; altera a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993; altera a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO

Disposições gerais

Art. 1º Ficam criadas as seguintes Carreiras e os respectivos cargos provimento efetivo:





I - Especialista em Indigenismo, de nível superior, composta pelo cargo de Especialista em Indigenismo; e

II - Técnico em Indigenismo, de nível intermediário, composta pelo cargo de Técnico em Indigenismo.

§ 1º O cargo de Especialista em Indigenismo poderá ser classificado em áreas e especialidades, quando for necessária formação especializada ou habilidade específica para o exercício de suas atribuições.

§ 2º As áreas e as especialidades para o cargo de Especialista em Indigenismo serão definidas em regulamento.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de Indigenista Especializado, de nível superior, e de Agente em Indigenismo, de nível intermediário, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, ficam reorganizados nos cargos de Especialista em Indigenismo, da Carreira de Especialista em Indigenismo, e de Técnico em Indigenismo, da Carreira de Técnico em Indigenismo, respectivamente.

Art. 2º São atribuições do cargo de Especialista em Indigenismo:

I - promoção e defesa dos direitos assegurados pela legislação brasileira aos povos indígenas, a sua proteção e a melhoria de sua qualidade de vida;

II - realização de estudos voltados à demarcação, à regularização fundiária e à proteção dos territórios indígenas;

III - regulação e gestão do acesso e do uso sustentável dos territórios indígenas;

IV - formulação, articulação, coordenação e implementação de políticas dirigidas aos povos indígenas e às suas comunidades;

V - planejamento, organização, execução e avaliação de atividades inerentes à proteção territorial, ambiental, cultural e dos direitos dos povos indígenas;

VI - acompanhamento e fiscalização das ações desenvolvidas em territórios indígenas ou que afetem direta ou indiretamente os povos indígenas e as suas comunidades;

VII - estudos e pesquisas referentes à sua área de atuação e especialidade; e

VIII - atividades administrativas e logísticas, de nível superior, inerentes às competências institucionais de seu órgão ou entidade de exercício.

Art. 3º São atribuições do cargo de Técnico em Indigenismo:

I - planejamento, organização, execução, avaliação e apoio técnico e administrativo especializado a atividades inerentes ao indigenismo;

II - execução de atividades de coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas;

III - orientação e controle de processos voltados à proteção e à





defesa dos povos indígenas;

IV - acompanhamento e fiscalização das ações desenvolvidas em territórios indígenas ou que afetem direta ou indiretamente os povos indígenas e suas comunidades; e

V - atividades administrativas e logísticas, de nível intermediário, inerentes às competências institucionais e legais de seu órgão ou entidade de exercício.

Art. 4º A jornada de trabalho dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 1º é de quarenta horas semanais.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo são estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no Anexo I.

Art. 6º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que tratam os incisos V e VI do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, ficam automaticamente enquadrados nos cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, respectivamente, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo II a esta Lei.

Art. 7º Fica criado o Plano Especial de Cargos da Funai - PECEFUNAI, composto por cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai.

§ 1º Os cargos do PECEFUNAI estão organizados em classes e padrões, na forma do disposto no Anexo III.

§ 2º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o **caput**, cuja investidura tenha decorrido de aprovação em concurso público, serão enquadrados no PECEFUNAI, mantidas as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo IV.

Art. 8º Os servidores ocupantes de cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, lotados no Quadro de Pessoal da Funai até a data de entrada em vigor desta Lei, não enquadrados no PECEFUNAI e não pertencentes às carreiras de que trata o art. 1º, comporão o quadro suplementar da Funai, permanecendo nos planos de cargos a que pertenciam anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 9º Os cargos de nível superior e intermediário do PECEFUNAI e do quadro suplementar da Funai, vagos e que vierem a vagar, ficam transformados, respectivamente, em cargos de Especialista em Indigenismo e Técnico em Indigenismo.





Art. 10. O concurso público para o Quadro de Pessoal da Funai com autorização vigente na data de entrada em vigor desta Lei é válido para ingresso nos cargos de que trata o art. 9º.

§ 1º As áreas e as especialidades para o cargo de Especialista em Indigenismo do concurso público com autorização vigente a que se refere o **caput** poderão ser definidas em edital.

§ 2º Não se aplica ao concurso público a que se refere o **caput** o disposto no § 2º do art. 1º.

Ingresso e exercício

Art. 11. A investidura nos cargos de provimento efetivo das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo ocorrerá na classe e no padrão iniciais do respectivo cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. Os concursos públicos de que trata o **caput** poderão ser realizados por área de conhecimento e por especialidade, organizados em etapas, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 12. São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos de provimento efetivo das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo:

I - diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, ou habilitação legal específica equivalente para o cargo de Especialista em Indigenismo; e

II - certificado de conclusão do ensino médio ou habilitação legal específica equivalente para o cargo de Técnico em Indigenismo.

Art. 13. Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 1º terão lotação na Funai, na qualidade de órgão supervisor das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, e poderão ter exercício descentralizado em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional que tenham atuação na política indigenista.

Desenvolvimento na carreira, no PECFUNAI e no quadro suplementar

Art. 14. O desenvolvimento do servidor nos cargos das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, nos cargos integrantes do PECFUNAI e nos cargos do quadro suplementar da Funai, de que tratam os art. 7º e art. 8º, mediante promoção e progressão funcional, observará os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento:

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de doze meses de efetivo exercício em cada padrão; e

b) avaliação de desempenho; e





II - para fins de promoção:

- a) cumprimento do interstício de doze meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;
- b) avaliação de desempenho;
- c) experiência profissional na área de atuação de cada cargo, com duração mínima fixada para fins de promoção às classes subsequentes à inicial;
- d) certificação em eventos de capacitação no campo de atuação do cargo, com carga horária mínima e complexidade compatíveis com o respectivo nível e classe; e
- e) qualificação profissional na área de atuação de cada cargo.

Art. 15. As regras, os critérios e os procedimentos para concessão de progressão funcional e de promoção nas Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, nos cargos integrantes do PECFUNAI e nos cargos do quadro suplementar da Funai, de que tratam os art. 7º e art. 8º, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 16. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 15, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes na data de entrada em vigor desta Lei.

Remuneração

Art. 17. A remuneração dos cargos a que se refere o art. 1º é composta pelas seguintes parcelas:

I - vencimento básico, na forma do disposto no Anexo V a esta Lei; e

II - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN, de que trata o art. 109 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 18. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 109. Fica instituída a Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN, devida, exclusivamente:

I - aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, quando no exercício de atividades inerentes à política indigenista;

II - aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos da Funai - PECFUNAI e do quadro suplementar da Funai, incluídos aqueles optantes pela Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, quando no exercício de atividades inerentes à política indigenista;

“Art. 109-A. A GAPIN será concedida conforme os valores estabelecidos para as seguintes localidades de exercício:

I - Banda III - unidades sediadas nas seguintes localidades, desde que não situadas nas capitais de Unidades Federativas ou em





suas regiões metropolitanas:

- a) Amazônia Legal;
- b) faixa de fronteira do território nacional; e
- c) Estado do Mato Grosso do Sul;

II - Banda II:

a) unidades situadas em capitais de Unidades Federativas ou em suas regiões metropolitanas, nas seguintes localidades:

- 1. Amazônia Legal;
- 2. faixa de fronteira do território nacional; e
- 3. Estado do Mato Grosso do Sul; e

b) unidades não situadas em capitais de Unidades Federativas ou em suas regiões metropolitanas fora da Amazônia Legal, da faixa de fronteira do território nacional e do Estado do Mato Grosso do Sul; e

III - Banda I - unidades situadas em capitais de Unidades Federativas ou em suas regiões metropolitanas, fora da Amazônia Legal, da faixa de fronteira do território nacional e do Estado do Mato Grosso do Sul.

§ 1º Consideram-se “faixa de fronteira do território nacional” e “Amazônia Legal” as áreas assim definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º Regulamento poderá estabelecer a concessão da banda imediatamente superior, em relação à banda prevista no **caput**, para localidades específicas com comprovada dificuldade de fixação de servidor efetivo verificada após, no mínimo, um ano da publicação desta Lei.

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos I, II e III do **caput** e do § 2º, ato conjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Ministério dos Povos Indígenas elencará, em rol taxativo, as localidades de exercício por Banda.

§ 4º Até a entrada em vigor do ato a que se refere o § 3º, a GAPIN será devida no valor correspondente à Banda I.

§ 5º Os titulares dos cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo cedidos para órgãos e entidades do Poder Executivo federal que não tenham atuação na política indigenista perceberão os valores da GAPIN correspondentes à Banda I.

§ 6º Os titulares dos cargos do PECFUNAI e do quadro suplementar da Funai que não se encontrem em exercício em seu órgão de lotação não farão jus à GAPIN.” (NR)

“Art. 110. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de





Atividade Indigenista - GDAIN, devida aos titulares de cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PECFUNAI e do quadro suplementar da Funai, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Funai.

....." (NR)

Art. 19. A Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN, de que trata o art. 110 da Lei nº 11.907, de 2009, não será devida:

I - aos titulares dos cargos a que se refere o **caput** do art. 1º desta Lei; e

II - aos optantes pela Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 20. A remuneração dos cargos integrantes do PECFUNAI e do quadro suplementar da Funai, de que tratam os art. 7º e art. 8º, é composta pelas seguintes parcelas:

I - vencimento básico, na forma do disposto no Anexo VI a esta Lei;

II - GAPIN, de que trata o art. 109 da Lei nº 11.907, de 2009; e

III - GDAIN, de que trata o art. 110 da Lei nº 11.907, de 2009.

Art. 21. O Anexo LXXXII à Lei nº 11.907, de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo VII a esta Lei.

Art. 22. O Anexo LXXXIII à Lei nº 11.907, de 2009, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo VIII a esta Lei.

Art. 23. Os quadros "e" e "f" da Tabela XVIII do Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar na forma do Anexo IX a esta Lei.

Movimentação de pessoal

Art. 24. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do PECFUNAI e do quadro suplementar da Funai somente poderão ter exercício em outros órgãos e entidades quando:

I - requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; e

II - cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargos Comissionados Executivos - CCE ou Funções Comissionadas Executivas - FCE de nível mínimo 13 ou equivalente.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** aos cargos de provimento efetivo integrantes das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo quando em exercício em órgãos e entidades que não tenham atuação na política indigenista.

vidência





Art. 25. Os servidores integrantes das Carreiras de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo, do PECAFUNAI e do quadro suplementar da Funai terão a GAPIN, de que trata o art. 109 da Lei nº 11.907, de 2009, incorporada aos proventos de aposentadoria que tenham como fundamento a integralidade e a paridade, desde que tenham percebido a gratificação por mais de sessenta meses contínuos ou intercalados.

§ 1º Para fins da incorporação de que trata o **caput**, será considerada a Banda em que o servidor permaneceu por maior tempo nos cento e vinte meses de percepção da gratificação anteriores à aposentadoria voluntária, para os benefícios instituídos após a data de publicação desta Lei.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica ao servidor:

I - que houver percebido a GAPIN em período inferior a cento e vinte meses anteriores à aposentadoria voluntária; ou

II - aposentado por regra cujo reajuste se dê pela paridade, até a data de publicação desta Lei.

§ 3º Na hipótese do § 2º, será considerada a Banda I, observados a classe e o padrão do cargo na data da aposentadoria.

Art. 26. Para fins de incorporação da GDAIN, de que trata o art. 110 da Lei nº 11.907, de 2009, aos proventos de aposentadoria dos integrantes do PECAFUNAI e do quadro suplementar da Funai, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a gratificação corresponderá a:

a) cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, por meio da apresentação de termo de opção de que tratam os art. 87 a art. 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional.

Parágrafo único. Aos benefícios de aposentadoria e pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.

Art. 27. Aos servidores aposentados ou beneficiários de pensão cujos benefícios previdenciários sejam amparados pela paridade e decorram de cargo de provimento efetivo em que a investidura do servidor ocorreu mediante aprovação em concurso público serão aplicadas as vantagens de natureza ~~nanente~~ e geral concedidas aos servidores efetivos do PECAFUNAI, inclusive





aqueelas advindas da transformação ou da reclassificação do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

Parágrafo único. Aos servidores aposentados e beneficiários de pensão que não se enquadrem no PECFUNAI ou nas carreiras mencionadas no art. 1º serão aplicadas as vantagens de natureza permanente e geral concedidas aos servidores do quadro suplementar da Funai.

CAPÍTULO II DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Disposições gerais

Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, o cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, criado pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, fica reorganizado na Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo federal.

§ 1º O cargo a que se refere o **caput** fica estruturado em classes e padrões, na forma do disposto no Anexo X.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de Analista em Tecnologia da Informação serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de entrada em vigor desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo XI.

Art. 29. A jornada de trabalho dos integrantes da Carreira de Tecnologia da Informação é de quarenta horas semanais.

Art. 30. São atribuições do cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal:

I - executar análises para desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e a soluções tecnológicas específicas;

II - especificar e apoiar a formulação e o acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação;

III - especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação;

IV - gerenciar a disseminação, a integração e o controle de qualidade dos dados;

V - organizar, manter e controlar o armazenamento, a administração e o acesso às bases de dados da informática de Governo;

VI - desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades cionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços





compartilhados e adequações da infraestrutura de informática da administração pública federal;

VII - executar ações necessárias à gestão da segurança da informação dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

VIII - executar ações necessárias à governança de tecnologia da informação e à proteção de dados dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

IX - prospectar o uso de soluções para aumentar a eficiência e a capacidade de personalização da relação com os usuários de serviços públicos; e

X - promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de tecnologia.

Ingresso e exercício

Art. 31. A investidura no cargo de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.

§ 1º O concurso público a que se refere o **caput** poderá, quando couber, ser realizado por áreas de especialização, conforme dispuser o edital de convocação do certame, observada a legislação pertinente.

§ 2º O concurso público para o cargo de Analista em Tecnologia da Informação com autorização vigente na data de entrada em vigor desta Lei é válido para ingresso no cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de que trata o art. 28.

§ 3º Para ingresso no cargo de Analista em Tecnologia da Informação, será exigido diploma de graduação em nível superior.

§ 4º Os ocupantes do cargo de que trata o **caput** terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor da Carreira de Tecnologia da Informação, e exercício em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 5º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos definir os órgãos ou as entidades em que os ocupantes do cargo de que trata o **caput** terão exercício, observadas a correlação entre as competências da unidade de exercício e as atribuições do cargo.

Remuneração

Art. 32. Os ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII.

Art. 33. Não serão devidas aos titulares do cargo de Analista em Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:





- I - vencimento básico;
- II - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GPGPE, de que trata o art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 2006;
- III - Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009;
- IV - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;
- V - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;
- VI - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;
- VII - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;
- VIII - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;
- IX - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 1990;
- X - abonos;
- XI - valores pagos a título de representação;
- XII - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;
- XIII - adicional noturno;
- XIV - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;
- XV - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;
- XVI - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e
- XVII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 35.

Parágrafo único. Ficam os Analistas em Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.

Art. 34. Os servidores integrantes da Carreira de Tecnologia da Informação não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 35. O subsídio dos servidores integrantes da Carreira de Tecnologia da Informação não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

- I - gratificação natalina;
- II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19º do art. 40 da Constituição e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 36. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes da Carreira de Tecnologia da Informação, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do cargo, da Carreira ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o **caput** estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 37. Aplica-se o disposto nos art. 32 a art. 36 desta Lei às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes da Carreira de Tecnologia da Informação que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Movimentação de pessoal

Art. 38. Os titulares do cargo de provimento efetivo integrantes da Carreira de Tecnologia da Informação somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;

III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou

IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado





ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes.

Desenvolvimento na Carreira

Art. 39. O desenvolvimento do servidor no cargo da Carreira de Tecnologia da Informação, mediante promoção e progressão funcional, observará os seguintes requisitos, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento:

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de doze meses de efetivo exercício em cada padrão; e

b) avaliação de desempenho; e

II - para fins de promoção:

a) cumprimento do interstício de doze meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

b) avaliação de desempenho;

c) experiência profissional na área de atuação do cargo, com duração mínima fixada para fins de promoção às classes subsequentes à inicial;

d) certificação ou especialização na área de tecnologia da informação com carga horária mínima e complexidade compatíveis com o respectivo nível e classe; e

e) qualificação profissional na área de atuação do cargo.

Art. 40. As regras, os critérios e os procedimentos para concessão de progressão funcional e de promoção na Carreira de Tecnologia da Informação serão estabelecidos em regulamento.

Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis ao cargo de Analista em Tecnologia da Informação, integrante do PGPE, na data de entrada em vigor desta Lei.

CAPÍTULO III

DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Art. 42. A Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

2º

.....





§ 1º Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas sociais.

§ 2º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 3º No interesse da administração, o órgão supervisor poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o **caput**, em autarquias e fundações.

....." (NR)

"Art.

3º

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas, que não sejam privativas de outras Carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal;

.....

III - identificar situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e na legislação específica de atenção à saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas, quando não sejam privativas de outras Carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal, proporcionando ações orientadoras e corretivas, promovendo a melhoria dos processos e a redução dos custos;

IV - aferir os resultados da assistência à saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas, considerando os planos e os objetivos definidos no



* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *



Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Assistência Social e em demais políticas sociais;

....." (NR)

"Art.

4º

.....

§ 4º Ato do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos definirá a habilitação específica exigida para o ingresso nos cargos da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

....." (NR)

"Art. 5º-B A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes dos cargos da Carreira de que trata o art. 1º passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo IV a esta Lei." (NR)

"Art. 5º-C Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos ocupantes dos cargos que integram a Carreira a que se refere o art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2025, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - vencimento básico, de que trata o inciso I do **caput** do art. 5-A; e

II - GDAPS, de que trata o inciso II do **caput** do art. 5-A." (NR)

"Art. 5º-D Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 5º-A, não são devidas aos ocupantes dos cargos que integram a Carreira a que se refere o art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2025, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força





do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;

XII - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003;

XIII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e

XIV - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 5º-F.” (NR)

“Art. 5º-E Os servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 1º não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.” (NR)

“Art. 5º-F O subsídio dos servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 1º não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.” (NR)

“Art. 5º-G Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 1º, eventual diferença será paga a título de parcela complementar





de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o **caput** estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.” (NR)

“Art. 5º-H Aplica-se o disposto nos art. 5º-B a art. 5º-G desta Lei às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 1º que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 2019.” (NR)

“Art. 16-A. O servidor que faça jus ao recebimento da GDAPS no exercício de 2024 perceberá o valor equivalente à pontuação obtida no último ciclo avaliativo em que tenha participado, sido avaliado e que tenha gerado efeito financeiro.” (NR)

“Art.

17.

.....
§

1º

.....
I

.....
a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada padrão; e

.....
II

.....
a) cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

.....
§ 2º O interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção, conforme estabelecido





nos incisos I e II do § 1º, será:

I - computado a contar da última progressão funcional ou promoção;

....." (NR)

"Art. 17-A. A partir de de de 2024, os ocupantes de cargos efetivos de que trata o art. 1º ficam reposicionados na nova estrutura do cargo constante do Anexo I-A, da seguinte forma:

I - posicionamento inicial no Padrão I da Classe I; e

II - reposicionamento de um padrão para cada ano completo de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único. Descontado o tempo de efetivo exercício aplicado para reposicionamento na tabela remuneratória, o tempo remanescente inferior a um ano de efetivo exercício no cargo será computado no interstício para a progressão funcional ou promoção subsequente." (NR)

"Art. 17-B. Ato da autoridade máxima do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos estabelecerá regras transitórias para as progressões funcionais e promoções que vierem a ocorrer nos primeiros 12 (doze) meses após a data de entrada em vigor desta Lei." (NR)

"Art. 17-C. Após o prazo de que trata o art. 17-B, e até que seja editado novo regulamento para o desenvolvimento na Carreira de que trata o art. 1º, deverá ser repetido o resultado da última avaliação de desempenho individual da qual o servidor tenha participado, sido avaliado e que tenha gerado efeitos financeiros." (NR)

"Art.

21.

.....

II - quando o benefício de aposentadoria tiver por critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, deverá ser observada a determinação constante no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional; e

III - aos demais será aplicado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, e no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019." (NR)

Art. 43. A partir da entrada em vigor desta Lei, não poderá ser concedida a GSISTE, de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 2006, aos





integrantes da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

Art. 44. Os Anexos II e III à Lei nº 12.094, de 2009, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XIII e XIV a esta Lei.

Art. 45. A Lei nº 12.094, de 2009, passa a vigorar acrescida dos Anexos I-A e IV, na forma dos Anexos XV e XVI a esta Lei, respectivamente.

CAPÍTULO IV

DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Art. 46. A Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2026, os ocupantes dos cargos das Carreiras de que trata o art. 1º passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo II-A.” (NR)

“Art. 1º-B Estão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos ocupantes dos cargos das Carreiras de que trata o art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2026, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - para o cargo de Especialista em Recursos Minerais - vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades de Recursos Minerais - GDARM e Gratificação de Qualificação - GQ, conforme o disposto no inciso I do **caput** do art. 25-A;

II - para o cargo de Técnico em Atividades de Mineração - vencimento básico e GDARM, conforme o disposto no inciso II do **caput** do art. 25-A;

III - para o cargo de Analista Administrativo - vencimento básico, Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM - GDADNPM e GQ, conforme o disposto no inciso IV do **caput** do art. 25-A; e

IV - para o cargo de Técnico Administrativo - vencimento básico e GDADNPM, conforme o disposto no inciso V do **caput** do art. 25-A.” (NR)

“Art. 1º-C Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 1º-B, não serão devidas aos ocupantes dos cargos que integram as carreiras a que se referem os incisos I a IV do **caput** do art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2026, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;





II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX -adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

XII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e

XIII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 1º-E.” (NR)

“Art. 1º-D Os servidores integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 1º não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.” (NR)

“Art. 1º-E O subsídio dos servidores integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 1º não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19º do art. 40 da Constituição e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e





IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.” (NR)

“Art. 1º-F Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 1º, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o **caput** estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.” (NR)

“Art. 1º-G Aplica-se o disposto nos art. 1º-A a art. 1º-F desta Lei às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I a IV do **caput** do art. 1º que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 2019.” (NR)

“Art. 3º-A O Plano a que se refere o art. 3º passa a ser denominado Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração - PEC-ANM.” (NR)

“Art. 21. Para fins de incorporação da GDARM, GDAPM, GDADNPM e GDAPDNPM aos proventos de aposentadoria dos servidores referidos nos art. 15 e art. 15-A desta Lei, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, a gratificação corresponderá a:

a) cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, por meio da apresentação de termo de opção de que tratam os art. 87 a art. 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº





103, de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional.

Parágrafo único. Aos benefícios de aposentadoria e pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.” (NR)

Art. 47. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, aplicam-se aos servidores em efetivo exercício na Agência Nacional de Mineração - ANM as proibições e vedações previstas no art. 23 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Art. 47-A A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

23

.....

II

.....

c) (REVOGADO).

.....” (NR)

§4º É permitido o exercício de outra atividade profissional por parte dos servidores das agências referidas no Anexo I desta Lei, desde que observado o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou entidade, o dever de disponibilidade ao serviço público e desde que a atividade não seja potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013”. (NR)

“Art. 36-A (REVOGADO)”.

Art. 47-B A Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Os membros da Diretoria exerçerão mandatos de 5 (cinco) anos, não coincidentes, vedada a recondução”. (NR)

Art. 48. Os Anexos II, V, VI-A, VI-B, VI-C e VI-D à Lei nº 11.046, de 2004, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII a esta Lei.

Art. 49. A Lei nº 11.046, de 2004, passa a vigorar acrescida do





Anexo II-A, na forma do Anexo XXIII a esta Lei.

CAPÍTULO V
DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE EM ESCOLA DE GOVERNO - GAEG

Art. 50. A Lei nº 11.907, de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

292.

.....

I - Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap;

II - Instituto Rio Branco - IRBr; e

III - Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal.

.....

..... “ (NR)

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO, DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DE GRATIFICAÇÕES

Art. 51. A Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

18.

.....

.....

II - 31 de março de 2025, para os alocados em órgãos da administração pública direta ou sem alocação definida.” (NR)

CAPÍTULO VII

DAS UNIDADES COMUNS À ESTRUTURA BÁSICA DOS MINISTÉRIOS

Art. 52. A Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.





50.
.....
.....

§ 8º A previsão de que trata o § 3º não se aplica ao Ministério do Turismo, ressalvados os arranjos colaborativos ou modelos centralizados junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.” (NR)

CAPÍTULO VIII

DA GRATIFICAÇÃO PREVISTA NO ANEXO IX À LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992

Art. 53. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, fica extinta a gratificação prevista no Anexo IX à Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

§ 1º Os servidores que fazem jus à percepção da gratificação referida no **caput** até a data de entrada em vigor desta Lei receberão o valor correspondente à gratificação na forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou da reestruturação de sua tabela remuneratória, da concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento no cargo.

§ 2º A VPNI a que se refere o § 1º está sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

CAPÍTULO IX

DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Art. 54. Fica instituída a Gratificação Temporária de Proteção e Defesa Civil - GPDEC, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em exercício na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

§ 1º A gratificação somente será devida aos servidores que atuem de modo direto em atividades críticas finalísticas da Defesa Civil, conforme definido em regulamento;

§ 2º Os quantitativos da GPDEC, por unidade organizacional, serão fixados em ato da autoridade máxima do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

§ 3º O quantitativo máximo de servidores de que trata o **caput** que





poderão perceber a GPDEC será o estabelecido no Anexo XXIV a esta Lei.

§ 4º Os níveis da GPDEC poderão ter seus quantitativos alterados, mediante ato da autoridade máxima do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, desde que a alteração não acarrete aumento de despesa e que não seja ultrapassado o total de servidores beneficiários constante do Anexo XXIV a esta Lei.

§ 5º Somente farão jus à GPDEC servidores com jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

§ 6º A gratificação a que se refere o **caput** será paga em conjunto com a gratificação de desempenho a que o servidor faça jus em virtude do plano de carreiras ou cargos ao qual pertença, ainda que norma sobre a gratificação de desempenho específica disponha de modo diverso, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

§ 7º A GPDEC não integrará os proventos de aposentadoria e de pensões.

Art. 55. O servidor titular de cargo regido pela Lei nº 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da administração pública federal, poderá ser cedido para ter exercício na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e perceber a GPDEC, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 56. Os valores da GPDEC são os constantes do Anexo XXV a esta Lei.

CAPÍTULO X DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Art. 57. A Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

4º

.....

.....

§

1º

.....

.....

XXVI - o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI);





XXVII - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB); e

XXVIII - a Gratificação Temporária de Proteção e Defesa Civil (GPDEC).

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de cálculo da contribuição, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, respeitada a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da Constituição e no art. 26 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, das seguintes parcelas:

I - das percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada;

II - da GSISTE;

III - da GSISP;

IV - da GAEG;

V - da GEPR;

VI - da Gratificação de Raio X;

VII - daquelas recebidas a título de adicional noturno ou de adicional por serviço extraordinário; e

VIII - da GPDEC.” (NR)

CAPÍTULO XI

DAS CARREIRAS DE POLICIAL FEDERAL E DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Art. 58. Os Anexos II e III à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXVI e XXVII a esta Lei.

Art. 58-A. A Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

7º.

.....

Parágrafo único. Ficam ressalvadas da dedicação exclusiva referida no *caput*, as hipóteses de acumulação remunerada de cargos públicos dispostas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, na forma de regulamento do Diretor Geral da Polícia Rodoviária Federal.” (NR)

Art. 58-B. Aplica-se aos integrantes da Carreira Policial Federal de trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, da Carreira de Policial





Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e da Carreira de Policial Penal Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 2009, o disposto no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, na forma do regulamento do respectivo Diretor-Geral, com prevalência da atividade policial.

CAPÍTULO XII

DA POLÍCIA PENAL FEDERAL

Art. 59. A Polícia Penal Federal, organizada e mantida pela União, fundada na hierarquia e na disciplina, vinculada ao órgão administrador do sistema penitenciário federal, tem por atribuição realizar a segurança dos estabelecimentos penais federais.

CAPÍTULO XIII

DAS CARREIRAS DA ÁREA PENITENCIÁRIA FEDERAL

Art. 60. A Lei nº 11.907, de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 122-A. A partir de 1º de agosto de 2024, o cargo de Agente Federal de Execução Penal, ocupado ou vago, integrante da Carreira de Agente Federal de Execução Penal, criado pela Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, fica transformado, nos termos do disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019, no cargo de Policial Penal Federal da Carreira de Policial Penal Federal, no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto nos Anexos LXXXVI e LXXXVIII a esta Lei.” (NR)

“Art. 123. São atribuições do cargo de Policial Penal Federal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do órgão administrador do sistema penitenciário federal, e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.” (NR)

“Art. 123-A. Os ocupantes de cargos da Carreira de Policial Penal Federal ficam sujeitos a integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo.” (NR)

“Art. 125-A. Os ocupantes do cargo de Policial Penal Federal serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XC-A a esta Lei.” (NR)

“Art. 126-A. Estão compreendidas no subsídio e não serão devidas aos ocupantes dos cargos que integram a Carreira de Policial Penal Federal as seguintes parcelas remuneratórias:





I - vencimento básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal - GDAPEF, de que trata o art. 128.” (NR)

“Art. 126-B. Além das parcelas remuneratórias de que trata o art. 126-A, não são devidas aos ocupantes dos cargos que integram a Carreira de Policial Penal Federal as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003;

XII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

XIII - Gratificação de Atividade Penitenciária Federal, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XIV - Gratificação de Compensação Orgânica, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XV - Gratificação de Atividade de Risco, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XVI - Gratificação de Atividade de Custódia Prisional, de que trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003;

XVII - Indenização de Habilitação de Custódia Prisional, de que





trata a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003; e

XVIII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 126-D.” (NR)

“Art. 126-C. Os servidores integrantes da Carreira de Policial Penal Federal não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.” (NR)

“Art. 126-D. O subsídio dos servidores integrantes da Carreira de Policial Penal Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e de regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19º do art. 40 da Constituição e o § 3º do art. 3º, o art. 8º e o § 5º do art. 10 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.” (NR)

“Art. 126-E. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos servidores integrantes da Carreira de Policial Penal Federal, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do cargo, da Carreira ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

Parágrafo único. A parcela complementar de subsídio a que se refere o **caput** estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.” (NR)

“Art. 126-F. Aplica-se o disposto nos art. 126-A a art. 126-E desta Lei às aposentadorias e às pensões dos servidores integrantes da Carreira de Policial Penal Federal que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de





2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 2019.” (NR)

“Art. 135. Para fins de incorporação da GDAPEN ou da GDAPEF aos proventos de aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, a gratificação corresponderá a:

a) cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, por meio da apresentação de termo de opção de que tratam os art. 22 a art. 26 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional.

Parágrafo único. Aos benefícios de aposentadoria e pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.” (NR)

“Art. 137. O ingresso nos cargos de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal e de Policial Penal Federal ocorrerá mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, no primeiro padrão da classe inicial.

§ 1º Para ingresso nos cargos a que se refere o **caput**, será exigido:

I - para o cargo de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação e, quando for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

II - para o cargo de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e, quando for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso; e

III - para o cargo de Policial Penal Federal, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação.

§ 2º O concurso público a que se refere o **caput** será realizado em duas etapas, de caráter eliminatório, sendo:

I - a primeira etapa constituída das seguintes fases:





- a) provas escritas;
- b) exames médicos específicos;
- c) sindicância de vida pregressa, observado o disposto no art. 77 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984;
- d) avaliação psicológica; e
- e) teste de aptidão física; e

II - a segunda etapa constituída de curso ou de programa de formação.

§ 3º Observado o caráter eliminatório de todas as fases e as etapas, serão também de caráter classificatório:

I - as fases a que se referem as alíneas “a” e “e” do inciso I do § 2º; e

II - a etapa a que se refere o inciso II do § 2º.

§ 4º Quando houver prova de títulos, a ser definida no edital de abertura do concurso público, ela será:

I - apenas de caráter classificatório; e

II - realizada após a conclusão da primeira etapa do concurso público.

§ 5º Somente apresentarão os títulos a que se refere o § 4º os candidatos aprovados nas fases a que se refere o inciso I do § 2º.” (NR)

“Art. 138. É vedada a aplicação do instituto da redistribuição aos servidores integrantes das Carreiras de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal e de Policial Penal Federal.” (NR)

“Art.138-A. Os ocupantes dos cargos de Policial Penal Federal, de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal terão exercício nas penitenciárias federais ou no órgão administrador do sistema penitenciário federal.

§ 1º A cessão é vedada durante o estágio probatório.

§ 2º Durante o estágio probatório, os ocupantes dos cargos de que trata o **caput** exercerão suas atribuições obrigatoriamente nas penitenciárias federais.

§ 3º Regulamento definirá o percentual máximo de ocupantes de cada um dos cargos de que trata o **caput** que poderão atuar fora das penitenciárias federais.” (NR)

“Art. 138-B. Os titulares do cargo de provimento efetivo integrantes da Carreira de Policial Penal Federal somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da





República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; e

II - ser cedidos para o exercício de Cargo de Natureza Especial - NE, de Cargo Comissionado Executivo - CCE ou de Função Comissionada Executiva - FCE de nível mínimo 15 ou equivalente, em outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal." (NR)

Art. 61. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, para ingresso no cargo de Policial Penal Federal, será exigido diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica a concurso público vigente na data de entrada em vigor desta Lei.

Art. 62. Os Anexos LXXXV, LXXXVI, LXXXVIII e LXXXIX da Lei nº 11.907, de 2009, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXVIII, XXIX, XXX e XXXI a esta Lei.

Art. 63. A Lei nº 11.907, de 2009, passa a vigorar acrescida do Anexo XC-A, na forma do Anexo XXXII a esta Lei.

CAPÍTULO XIV

DO PLANO DE CARREIRAS PARA A ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES FEDERAIS

Art. 64. A Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

1º

.....

§

1º

.....

.....

XXXVIII - Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro do Comando da Marinha; e

XXXIX - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

.....

" (NR)

CAPÍTULO XV

DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS ESPECÍFICOS





Art. 65. A Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.
22.
.....
.....

§ 4º Para fins de incorporação da GDACE aos proventos da aposentadoria, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que tratam a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, a gratificação corresponderá a:

a) cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor; ou

b) média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos sessenta meses de atividade, por meio da apresentação do termo de opção de que tratam os art. 87 a art. 91 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016;

II - quando o benefício de aposentadoria tiver como critério a integralidade e a paridade de que trata a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, deverá ser observado o disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da referida Emenda Constitucional.

§ 4º-A Aos benefícios de aposentadoria e pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.

.....
....." (NR)

Art. 66. O Anexo XII à Lei nº 12.277, de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo XXXIII a esta Lei.

CAPÍTULO XVI **DA TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS VAGOS**

Art. 67. Ficam transformados mil e oitenta e nove cargos efetivos vagos em seiscentos e trinta e oito cargos efetivos vagos, no âmbito do Poder Executivo federal, na forma do Anexo XXXIV.





Art. 68. A transformação de cargos a que se refere o art. 67 será realizada sem aumento de despesa, mediante compensação financeira entre os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos e das funções que estão sendo criados e os valores correspondentes à totalidade da remuneração dos cargos que estão sendo transformados, vedada a produção de efeitos retroativos.

CAPÍTULO XVII

DOS SISTEMAS ESTRUTURADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 69. A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15. Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, em efetivo exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos dos seguintes sistemas estruturadores, enquanto permanecerem nessa condição:

.....
.....

VIII - de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP;

IX - de Serviços Gerais - SISG;

X - de Gestão de Parcerias da União - Sigpar; e

XI - de Coordenação da Governança e Supervisão Ministerial das Empresas Estatais - Sisest.

.....
....." (NR)

CAPÍTULO XVIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 70. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.460, de 1992:

- a) o art. 7º; e
- b) o Anexo IX;

II - o art. 2º da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998;

III - a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003;





IV - os incisos V e VI do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 2006;

V - o art. 9º da Lei nº 11.358, de 2006;

VI - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.538, de 8 de novembro de 2007:

- a) o art. 3º; e
- b) o Anexo;

VII - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.907, de 2009:

- a) os § 4º e § 5º do art. 109;
- b) o § 3º do art. 110;
- c) o art. 116;
- d) os art. 124 e art. 124-A;
- e) a partir de 1º de agosto de 2024:

- 1. os art. 125 e art. 126;
- 2. o inciso II do **caput** do art. 128; e

3. os Anexos LXXXVII e XC; e

f) as alíneas “a” e “b” do inciso II do **caput** do art. 135;

VIII - os seguintes dispositivos da Lei nº 12.094, de 2009:

- a) o § 5º do art. 2º;
- b) o parágrafo único do art. 18; e
- c) o art. 23;

IX - as alíneas “a” e “b” do inciso II do § 4º do art. 22 da Lei nº 12.277, de 2010;

X - os seguintes dispositivos da Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012:

- a) o art. 21; e
- b) os Anexos VIII e IX;

XI - os seguintes dispositivos da Lei nº 13.324, de 2016:

- a) o art. 13;
- b) o art. 32;
- c) o Anexo XXII; e
- d) os Anexos LII, LIII, LIV, LV, LVI e LVII;

XII - o art. 12 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016;

XIII - os seguintes dispositivos da Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1

- a) o art. 1º;
- b) o art. 3º;
- c) os Anexos I e II; e
- d) os Anexos V e VI;

XIV - os seguintes dispositivos da Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023:

- a) o art. 69;
- b) o art. 71;
- c) os Anexos CLI e CLII; e
- d) os Anexos CLV e CLVI; e

XV - a Medida Provisória nº 1.203, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 71. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 2024.

Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS

Relator



52



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas



ANEXO I

ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO

a) Carreira de Especialista em Indigenismo

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Especialista em Indigenismo	Especial	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

b) Carreira de Técnico em Indigenismo

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Técnico em Indigenismo	Especial	III
		II
		I
	C	VI





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1

		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
	B	VI	
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
A		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas



54

* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO II

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO COM OS CARGOS DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO

a) Carreira de Especialista em Indigenismo

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
INDIGENISTA ESPECIALIZADO	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	ESPECIALISTA EM INDIGENISMO	
		II	II			
		I	I			
	C	VI	VI	C		
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	B	VI	VI	B		
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	A	V	V	A		
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			

b) Carreira de Técnico em Indigenismo

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
AGENTE EM	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	TÉCNICO





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1

INDIGENISMO	C	II	II	C	EM INDIGENISMO
		I	I		
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		VI	VI		
		V	V		
INDIGENISMO	B	IV	IV	B	EM INDIGENISMO
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		V	V		
INDIGENISMO	A	IV	IV	A	EM INDIGENISMO
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		V	V		



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *





ANEXO III

ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECAFUNAI

a) Cargos de nível superior e intermediário:

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível superior e intermediário do PECAFUNAI	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

b) Cargos de nível auxiliar:

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível auxiliar do PECAFUNAI	ESPECIAL	III
		II
		I





ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

a) Cargos de nível superior e intermediário:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargos de provimento efetivo, de nível superior e intermediário do PCC, da CPST, do PGPE e correlatos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Funai	ESPECIAL	III	III	C	Cargos de nível superior e intermediário do PECFUNAI
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

b) Cargos de nível auxiliar:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGOS
Cargos de provimento	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de nível auxiliar do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

efetivo, de nível auxiliar do PCC, da CPST, do PGPE e correlatos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Funai		II	II		PECFUNAI
		I	I		

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1



59



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas



ANEXO V

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM INDIGENISMO E DE TÉCNICO EM INDIGENISMO

a) Vencimento básico do cargo de Especialista em Indigenismo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2024
ESPECIAL	III	9.229,38
	II	9.036,34
	I	8.883,36
C	VI	8.574,99
	V	8.429,07
	IV	8.287,93
	III	8.148,54
	II	8.012,80
	I	7.880,64
B	VI	7.639,76
	V	7.514,71
	IV	7.393,04
	III	7.273,67
	II	7.153,54
	I	7.037,61
A	V	6.828,54
	IV	6.719,93
	III	6.613,31
	II	6.507,66
	I	6.403,90





b) Vencimento básico do cargo de Técnico em Indigenismo:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS PARTIR DE [REDACTED] DE DE 2024
ESPECIAL	III	5.838,30
	II	5.800,15
	I	5.763,23
C	VI	5.705,35
	V	5.670,99
	IV	5.633,86
	III	5.597,94
	II	5.563,22
	I	5.527,74
B	VI	5.471,99
	V	5.438,02
	IV	5.405,26
	III	5.370,72
	II	5.336,38
	I	5.305,22
A	V	5.253,46
	IV	5.219,81
	III	5.189,36
	II	5.158,10
	I	5.128,03





ANEXO VI

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECFUNAI E DO QUADRO SUPLEMENTAR DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI

a) Cargos de nível superior:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE [REDACTED] DE DE 2024
ESPECIAL	III	4.113,38
	II	4.001,34
	I	3.892,36
C	VI	3.778,99
	V	3.676,07
	IV	3.575,93
	III	3.478,54
	II	3.383,80
	I	3.291,64
B	VI	3.195,76
	V	3.108,71
	IV	3.024,04
	III	2.941,67
	II	2.861,54
	I	2.783,61
A	V	2.702,54
	IV	2.628,93
	III	2.557,31
	II	2.487,66
	I	2.419,90





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

b) Cargos de nível intermediário:

Em R\$

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 = \$ 1213/2024

PRLP n.1

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE [REDACTED] DE DE 2024
ESPECIAL	III	2.338,30
	II	2.315,15
	I	2.292,23
C	VI	2.258,35
	V	2.235,99
	IV	2.213,86
	III	2.191,94
	II	2.170,22
	I	2.148,74
B	VI	2.116,99
	V	2.096,02
	IV	2.075,26
	III	2.054,72
	II	2.034,38
	I	2.014,22
A	V	1.984,46
	IV	1.964,81
	III	1.945,36
	II	1.926,10
	I	1.907,03



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

c) Cargos de nível auxiliar:

Em R\$

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 = R\$ 1213,2024

PRLP n.1

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024
ESPECIAL	III	1.409,90
	II	1.408,56
	I	1.407,23



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO VII

(Anexo LXXXII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

**“TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE APOIO À EXECUÇÃO DA POLÍTICA
INDIGENISTA - GAPIN”**

a) Valor da GAPIN para os cargos de nível superior:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECI AL	III	2.927,4 8	3.331,9 7	3.798,6 9	4.264,0 6	4.971,9 2	5.788,6 8	5.600,6 4	6.611,8 7	7.778, 67
	II	2.899,3 4	3.300,2 0	3.762,7 2	4.224,8 4	4.926,3 5	5.735,7 6	5.550,3 4	6.552,4 9	7.708, 81
	I	2.863,1 1	3.261,2 5	3.720,6 4	4.187,8 9	4.884,6 3	5.688,5 7	5.512,6 7	6.508,0 2	7.656, 49
C	VI	2.860,8 2	3.256,1 8	3.712,3 5	4.167,4 7	4.859,3 5	5.657,6 5	5.474,1 2	6.462,5 1	7.602, 95
	V	2.825,5 8	3.218,2 6	3.671,3 5	4.131,3 3	4.818,5 2	5.611,4 3	5.437,0 9	6.418,7 8	7.551, 51
	IV	2.787,0 7	3.174,2 4	3.620,9 8	4.073,9 6	4.751,5 1	5.533,3 1	5.360,8 5	6.328,7 9	7.445, 63
	III	2.749,8 7	3.131,6 4	3.572,1 5	4.017,9 9	4.686,0 9	5.456,9 8	5.286,1 1	6.240,5 5	7.341, 82
	II	2.711,9 8	3.088,3 6	3.522,6 5	3.961,7 1	4.620,3 8	5.380,3 9	5.211,4 5	6.152,4 0	7.238, 12
	I	2.674,8 5	3.045,8 5	3.473,9 2	3.905,8 6	4.555,1 1	5.304,5 5	5.143,2 0	6.071,8 3	7.143, 33
B	VI	2.665,7 2	3.037,1 7	3.465,7 7	3.904,4 6	4.554,5 0	5.304,2 3	5.136,8 7	6.064,3 6	7.134, 54
	V	2.570,4 3	2.925,9 9	3.336,2 6	3.746,8 3	4.369,0 6	5.087,0 3	4.923,2 2	5.812,1 3	6.837, 80
	IV	2.477,7 8	2.817,9 3	3.210,4 2	3.593,8 1	4.189,0 7	4.875,9 3	4.709,8 4	5.560,2 2	6.541, 44
	III	2.387,9 7	2.713,2 3	3.088,5 3	3.445,7 6	4.014,9 7	4.671,7 4	4.503,5 6	5.316,7 1	6.254, 95
	II	2.302,5 2	2.613,5 3	2.972,3 9	3.304,4 4	3.848,7 1	4.476,7 1	4.306,3 5	5.083,8 8	5.981, 04
	I	2.218,4 4	2.515,5 9	2.858,4 5	3.166,4 1	3.686,4 2	4.286,4 3	4.114,3 8	4.857,2 5	5.714, 41
A	V	2.160,7	2.449,4	2.782,5	3.079,1	3.584,3	4.167,3	3.997,4	4.719,2	5.552,

* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

35:09.730 - PLEN
16/05/2016
PRLP1 => PL 1213/2014

PRLP n.1

	3	4	6	1	5	1	8	5	06
IV	2.081,6 0	2.357,2 0	2.675,2 1	2.948,8 3	3.431,1 3	3.987,6 4	3.816,0 5	4.505,0 6	5.300, 07
III	2.004,9 1	2.267,8 6	2.571,2 5	2.822,8 2	3.282,9 8	3.813,9 2	3.640,7 4	4.298,1 0	5.056, 59
II	1.930,8 8	2.181,6 4	2.470,9 8	2.701,4 8	3.140,3 1	3.646,6 6	3.472,0 8	4.098,9 9	4.822, 34
I	1.859,1 6	2.098,1 6	2.373,9 2	2.584,1 8	3.002,4 3	3.485,0 1	3.309,1 9	3.906,6 9	4.596, 10





b) Valor da GAPIN para os cargos de nível intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024		
ESPECIAL	III	1.585,53	1.673,62	1.761,70
	II	1.551,85	1.638,07	1.724,28
	I	1.517,74	1.602,06	1.686,38
C	VI	1.437,16	1.517,00	1.596,84
	V	1.402,73	1.480,66	1.558,59
	IV	1.371,45	1.447,64	1.523,83
	III	1.339,72	1.414,15	1.488,58
	II	1.307,55	1.380,19	1.452,83
	I	1.276,69	1.347,61	1.418,54
B	VI	1.203,15	1.269,99	1.336,83
	V	1.172,78	1.237,94	1.303,09
	IV	1.141,94	1.205,38	1.268,82
	III	1.113,29	1.175,14	1.236,99
	II	1.085,06	1.145,34	1.205,62
	I	1.054,56	1.113,14	1.171,73
A	V	985,79	1.040,55	1.095,32
	IV	959,26	1.012,55	1.065,84
	III	930,41	982,10	1.033,79
	II	902,85	953,01	1.003,17
	I	874,77	923,37	971,97





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

c) Valor da GAPIN para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN			DE
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	DE 2024	DE	
ESPECIAL	III	1.013,72	1.062,19	1.159,12	Apresentado: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
	II	1.010,89	1.058,55	1.153,87	PRLP 1 = R\$ 1213/2024
	I	1.008,13	1.055,01	1.148,77	

" (NR)

PRLP n.1



68





ANEXO VIII

(Anexo LXXXIII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

**"VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE
INDIGENISTA - GDAIN DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECFUNAI
DOS CARGOS INTEGRANTES DO QUADRO SUPLEMENTAR DA FUNDAÇÃO NACIONAL
DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI**

c) Valor do ponto da GDAIN para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024
ESPECIAL	III	26,36
	II	25,58
	I	24,83

" (NR)



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO IX

(Anexo XLV à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E DE VALOR DAS GRATIFICAÇÕES E RETRIBUIÇÕES PARA O CARGO DE MÉDICO

Tabela XVIII - Quadro de Pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai

e) Valor da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN para os cargos de Médico e de Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da Funai, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, com jornada de 40 horas semanais:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GAPIN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECIAL	III	2.927,48	3.331,97	3.798,69	4.264,06	4.971,92	5.788,68	5.600,64	6.611,87	7.778,67
	II	2.899,34	3.300,20	3.762,72	4.224,84	4.926,35	5.735,76	5.550,34	6.552,49	7.708,81
	I	2.863,11	3.261,25	3.720,64	4.187,89	4.884,63	5.688,57	5.512,67	6.508,02	7.656,49
C	VI	2.860,82	3.256,18	3.712,35	4.167,47	4.859,35	5.657,65	5.474,12	6.462,51	7.602,95
	V	2.825,58	3.218,26	3.671,35	4.131,33	4.818,52	5.611,43	5.437,09	6.418,78	7.551,51
	IV	2.787,07	3.174,24	3.620,98	4.073,96	4.751,51	5.533,31	5.360,85	6.328,79	7.445,63
	III	2.749,87	3.131,64	3.572,15	4.017,99	4.686,09	5.456,98	5.286,11	6.240,55	7.341,82
	II	2.711,98	3.088,36	3.522,65	3.961,71	4.620,38	5.380,39	5.211,45	6.152,40	7.238,12
	I	2.674,85	3.045,85	3.473,92	3.905,86	4.555,11	5.304,55	5.143,20	6.071,83	7.143,33
B	VI	2.665,72	3.037,17	3.465,77	3.904,46	4.554,50	5.304,23	5.136,87	6.064,36	7.134,54
	V	2.570,4	2.925,9	3.336,2	3.746,8	4.369,0	5.087,0	4.923,2	5.812,1	6.837,

* C 0 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

80 35:09.730 - PLEN
54 05/04/2024 PL 1213/2024
44
254,95
AÇÃO, PRLP 1 => PL 1213/2024

PR_LP n.1

f) Valor da GAPIN para os cargos de Médico e de Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da Funai, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009, com jornada de 20 horas semanais:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GAPIN			VALOR DA GAPIN			VALOR DA GAPIN		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026		
		BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III	BANDA I	BANDA II	BANDA III
ESPECIAL	III	2.927,48	3.331,97	3.798,69	4.264,06	4.971,92	5.788,68	5.600,64	6.611,87	7.778,67
	II	2.899,34	3.300,20	3.762,72	4.224,84	4.926,35	5.735,76	5.550,34	6.552,49	7.708,81
	I	2.863,11	3.261,25	3.720,64	4.187,89	4.884,63	5.688,57	5.512,67	6.508,02	7.656,49
C	VI	2.860,82	3.256,18	3.712,35	4.167,47	4.859,35	5.657,65	5.474,12	6.462,51	7.602,95
	V	2.825,58	3.218,26	3.671,35	4.131,33	4.818,52	5.611,43	5.437,09	6.418,78	7.551,51
	IV	2.787,07	3.174,24	3.620,98	4.073,96	4.751,51	5.533,31	5.360,85	6.328,79	7.445,63
	III	2.749,87	3.131,64	3.572,15	4.017,99	4.686,09	5.456,98	5.286,11	6.240,55	7.341,82
	II	2.711,98	3.088,36	3.522,65	3.961,71	4.620,38	5.380,39	5.211,45	6.152,40	7.238,12
	I	2.674,8	3.045,9	3.473,9	3.905,8	4.555,1	5.204,5	5.143,2	6.071,8	7.143,2





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

35:09.730 - PLEN
12/13/2024
3/05/2024 16:24:16
PREL 1=> PL

PR LP n.1

		5	5	2	6	1	5	0	3	3
B	VI	2.665,7 2	3.037,1 7	3.465,7 7	3.904,4 6	4.554,5 0	5.304,2 3	5.136,8 7	6.064,3 6	7.134,5 4
	V	2.570,4 3	2.925,9 9	3.336,2 6	3.746,8 3	4.369,0 6	5.087,0 3	4.923,2 2	5.812,1 3	6.837,8 0
	IV	2.477,7 8	2.817,9 3	3.210,4 2	3.593,8 1	4.189,0 7	4.875,9 3	4.709,8 4	5.560,2 2	6.541,4 4
	III	2.387,9 7	2.713,2 3	3.088,5 3	3.445,7 6	4.014,9 7	4.671,7 4	4.503,5 6	5.316,7 1	6.254,9 5
	II	2.302,5 2	2.613,5 3	2.972,3 9	3.304,4 4	3.848,7 1	4.476,7 1	4.306,3 5	5.083,8 8	5.981,0 4
	I	2.218,4 4	2.515,5 9	2.858,4 5	3.166,4 1	3.686,4 2	4.286,4 3	4.114,3 8	4.857,2 5	5.714,4 1
A	V	2.160,7 3	2.449,4 4	2.782,5 6	3.079,1 1	3.584,3 5	4.167,3 1	3.997,4 8	4.719,2 5	5.552,0 6
	IV	2.081,6 0	2.357,2 0	2.675,2 1	2.948,8 3	3.431,1 3	3.987,6 4	3.816,0 5	4.505,0 6	5.300,0 7
	III	2.004,9 1	2.267,8 6	2.571,2 5	2.822,8 2	3.282,9 8	3.813,9 2	3.640,7 4	4.298,1 0	5.056,5 9
	II	1.930,8 8	2.181,6 4	2.470,9 8	2.701,4 8	3.140,3 1	3.646,6 6	3.472,0 8	4.098,9 9	4.822,3 4
	I	1.859,1 6	2.098,1 6	2.373,9 2	2.584,1 8	3.002,4 3	3.485,0 1	3.309,1 9	3.906,6 9	4.596,1 0

....." (NR)





ANEXO X

**ESTRUTURA DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA
CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação	C	III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
		VI
	A	V
		IV
		III
		II
		I
		V
		IV
		III
		II
		I



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargo de Analista em Tecnologia da Informação da Carreira de Tecnologia da Informação	
		II	II			
		I	I			
	C	VI	VI	C		
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	B	VI	VI	B		
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	A	V	V	A		
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO XII

SUBSÍDIO DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO			Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	
ESPECIAL	III	18.118,13	19.865,61	21.613,10	
	II	17.797,51	19.491,39	21.185,27	
	I	17.483,74	19.124,82	20.765,90	
C	VI	17.060,93	18.647,02	20.233,12	
	V	16.763,43	18.298,02	19.832,60	
	IV	16.471,83	17.955,92	19.440,01	
	III	16.187,13	17.621,16	19.055,20	
	II	15.723,78	17.016,02	18.308,27	
	I	15.276,91	16.433,76	17.590,61	
B	VI	14.731,88	15.749,17	16.766,46	
	V	14.321,05	15.215,15	16.109,25	
	IV	13.924,84	14.701,32	15.477,79	
	III	13.543,24	14.207,17	14.871,09	
	II	13.175,20	13.731,69	14.288,17	
	I	12.820,77	13.274,44	13.728,10	
A	V	12.387,25	12.736,08	13.084,91	
	IV	12.061,29	12.316,65	12.572,01	
	III	11.746,93	11.913,07	12.079,21	
	II	11.443,21	11.524,47	11.605,72	
	I	11.150,80	11.150,80	11.150,80	



* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO XIII

(Anexo II à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

"TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024
ESPECIAL	III	9.916,26
	II	9.702,96
	I	9.494,18
C	VI	8.831,58
	V	8.641,53
	IV	8.455,05
	III	8.272,99
	II	8.095,18
	I	7.921,48
B	VI	7.348,12
	V	7.092,29
	IV	6.845,88
	III	6.608,34
	II	6.378,10
	I	6.156,64
A	V	5.711,66
	IV	5.513,13
	III	5.321,38
	II	5.136,95
	I	4.958,42

" (NR)

* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *





ANEXO XIV

(Anexo III à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

“TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM POLÍTICAS SOCIAIS - GDAPS

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE [REDACTED] DE DE 2024
ESPECIAL	III	84,47
	II	82,65
	I	80,87
C	VI	75,23
	V	73,61
	IV	72,03
	III	70,48
	II	68,96
	I	67,47
B	VI	62,59
	V	60,42
	IV	58,32
	III	56,29
	II	54,34
	I	52,45
A	V	48,65
	IV	46,96
	III	45,33
	II	43,75
	I	42,23

” (NR)

* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





ANEXO XV

(Anexo I-A à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

“ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

CARGO	CLASSE	PADRÃO
ANALISTA TÉCNICO EM POLÍTICAS SOCIAIS	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

” (NR)





ANEXO XVI

(Anexo IV à Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009)

“TABELA DE SUBSÍDIOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	19.719,92	21.070,00
	II	19.265,26	20.626,48
	I	18.821,08	20.192,29
C	VI	17.524,29	18.836,09
	V	17.120,25	18.412,60
	IV	16.725,53	17.998,64
	III	16.339,90	17.619,77
	II	15.963,17	17.248,87
	I	15.595,13	16.885,79
B	VI	14.480,16	15.350,71
	V	13.923,23	14.731,97
	IV	13.387,72	14.138,17
	III	12.872,81	13.568,30
	II	12.377,70	13.021,40
	I	11.901,63	12.496,55
A	V	11.050,73	11.360,50
	IV	10.625,70	10.923,55
	III	10.217,02	10.503,42
	II	9.824,06	10.099,44
	I	9.446,21	9.711,00

” (NR)

* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *





ANEXO XVII

(Anexo II à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

“TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, DE QUE TRATA O ART. 1º

a) Vencimento básico da Carreira de Especialista em Recursos Minerais:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	7.744,35	7.899,54
	II	7.446,22	7.594,96
	I	7.159,38	7.303,03
B	V	6.568,26	6.699,96
	IV	6.316,33	6.442,54
	III	6.073,30	6.194,44
	II	5.839,00	5.955,35
	I	5.614,97	5.727,24
A	V	5.151,65	5.255,14
	IV	4.953,16	5.052,38
	III	4.762,59	4.858,00
	II	4.579,33	4.670,43
	I	4.402,78	4.491,07

b) Vencimento básico da Carreira de Técnico em Atividades de Mineração:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025





ESPECIAL	III	3.896,66	3.974,70
	II	3.782,65	3.858,80
	I	3.672,81	3.746,69
B	V	3.448,57	3.517,89
	IV	3.347,65	3.414,36
	III	3.250,42	3.315,34
	II	3.155,53	3.218,79
	I	3.063,57	3.125,30
A	V	2.863,60	2.920,44
	IV	2.676,27	2.729,35
	III	2.501,08	2.551,58
	II	2.337,28	2.383,90
	I	2.184,46	2.228,39

c) Vencimento básico da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	7.743,91	7.899,03
	II	7.446,42	7.595,07
	I	7.159,96	7.303,05
B	V	6.568,69	6.699,70
	IV	6.315,68	6.442,41
	III	6.073,21	6.194,53
	II	5.839,78	5.956,45
	I	5.615,24	5.727,97
A	V	5.151,31	5.254,79
	IV	4.953,06	5.052,45
	III	4.762,53	4.857,89
	II	4.579,85	4.671,33

* C 0 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

	I	4.403,14	4.491,70
--	---	----------	----------

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL1213/2024

PRLP n.1



82



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas



d) Vencimento básico da Carreira de Técnico Administrativo:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	3.896,70	3.975,01
	II	3.782,49	3.858,01
	I	3.672,27	3.745,50
B	V	3.448,82	3.518,09
	IV	3.347,58	3.414,26
	III	3.251,01	3.315,63
	II	3.155,87	3.218,88
	I	3.063,91	3.125,39
A	V	2.863,86	2.920,89
	IV	2.676,09	2.730,04
	III	2.500,90	2.551,27
	II	2.337,51	2.384,29
	I	2.184,60	2.228,38

" (NR)





ANEXO XVIII

(Anexo V à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

“TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - PEC-ANM”

a) Vencimento básico dos cargos de nível superior de que trata o art. 3º:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	5.448,40	5.557,25	12.255,11
	II	5.315,06	5.421,56	12.062,06
	I	5.185,12	5.288,65	11.872,17
C	VI	4.996,00	5.095,05	11.594,10
	V	4.873,30	4.971,70	11.413,10
	IV	4.755,25	4.849,76	11.234,27
	III	4.638,46	4.731,85	11.059,23
	II	4.525,81	4.616,55	10.886,29
	I	4.415,44	4.503,43	10.715,42
B	VI	4.254,23	4.338,53	10.466,84
	V	4.150,50	4.233,07	10.209,63
	IV	4.048,99	4.130,07	9.959,16
	III	3.950,24	4.028,82	9.715,40
	II	3.854,23	3.930,56	9.475,89
	I	3.759,33	3.835,47	9.244,62
A	V	3.621,89	3.694,68	9.029,46
	IV	3.533,78	3.604,48	8.808,18
	III	3.447,76	3.517,08	8.593,40
	II	3.363,35	3.430,42	8.383,48
	I	3.281,32	3.347,37	8.178,42

* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

b) Vencimento básico dos cargos de nível superior de que trata o art. 15:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	5.448,40	5.557,25	12.255,11
	II	5.315,06	5.421,56	12.062,06
	I	5.185,12	5.288,65	11.872,17
C	VI	4.996,00	5.095,05	11.594,10
	V	4.873,30	4.971,70	11.413,10
	IV	4.755,25	4.849,76	11.234,27
	III	4.638,46	4.731,85	11.059,23
	II	4.525,81	4.616,55	10.886,29
	I	4.415,44	4.503,43	10.715,42
B	VI	4.254,23	4.338,53	10.466,84
	V	4.150,50	4.233,07	10.209,63
	IV	4.048,99	4.130,07	9.959,16
	III	3.950,24	4.028,82	9.715,40
	II	3.854,23	3.930,56	9.475,89
	I	3.759,33	3.835,47	9.244,62
A	V	3.621,89	3.694,68	9.029,46
	IV	3.533,78	3.604,48	8.808,18
	III	3.447,76	3.517,08	8.593,40
	II	3.363,35	3.430,42	8.383,48
	I	3.281,32	3.347,37	8.178,42

c) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário de que trata o art. 3º:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

35:09.730 - PLEN
DE 18/05/2024
PR LP 1 => PL 1213/2024

PR LP n.1

		DE DE 2024	DE JANEIRO DE 2025	DE JANEIRO 2026	DE DE 2024
ESPECIAL	III	3.410,45	3.477,68	7.040,91	Apresentação: 18/05/2024 PR LP 1 => PL 1213/2024
	II	3.326,81	3.393,66	6.866,51	
	I	3.246,13	3.310,32	6.695,51	
C	VI	3.120,98	3.183,43	6.391,87	
	V	3.044,90	3.105,62	6.233,34	
	IV	2.970,81	3.029,89	6.077,97	
	III	2.898,19	2.956,14	5.928,10	
	II	2.827,34	2.883,90	5.780,46	
	I	2.758,52	2.813,95	5.637,38	
B	VI	2.652,57	2.705,08	5.381,60	
	V	2.587,56	2.639,58	5.230,59	
	IV	2.524,91	2.575,03	5.083,15	
	III	2.463,20	2.512,70	4.939,19	
	II	2.403,08	2.450,78	4.799,49	
	I	2.343,92	2.390,96	4.663,99	
A	V	2.254,40	2.299,14	4.453,88	
	IV	2.199,62	2.242,77	4.327,92	
	III	2.145,75	2.188,97	4.205,18	
	II	2.093,45	2.135,43	4.086,41	
	I	2.042,09	2.083,34	3.971,58	

d) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário de que trata o art. 15:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	3.409,59	3.478,25	7.040,91
	II	3.326,94	3.393,23	6.866,51
	I	3.245,26	3.310,89	6.695,51
C	VI	3.121,12	3.182,99	6.391,87

* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





	V	3.045,03	3.105,19	6.233,34	A apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN PRLP 1 => PL 1213/2024
	IV	2.970,94	3.029,46	6.077,97	
	III	2.898,32	2.955,71	5.928,10	
	II	2.827,47	2.883,47	5.780,46	
	I	2.758,66	2.813,52	5.637,38	
	VI	2.652,70	2.705,65	5.381,60	
B	V	2.587,70	2.639,14	5.230,59	
	IV	2.525,05	2.574,60	5.083,15	
	III	2.463,33	2.512,26	4.939,19	
	II	2.403,21	2.451,35	4.799,49	
	I	2.344,06	2.391,52	4.663,99	
	V	2.254,53	2.299,71	4.453,88	
A	IV	2.199,76	2.243,34	4.327,92	
	III	2.145,88	2.188,53	4.205,18	
	II	2.093,58	2.135,00	4.086,41	
	I	2.042,23	2.082,90	3.971,58	

e) Vencimento básico dos cargos de nível auxiliar:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO		
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	1.875,12	1.912,12	2.529,13
	II	1.856,07	1.893,46	2.472,85
	I	1.837,57	1.874,88	2.418,19

" (NR)





ANEXO XIX

(Anexo VI-A à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

“TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE RECURSOS MINERAIS - GDARM

a) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Especialista em Recursos Minerais:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDARM	
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	126,57	137,66
	II	124,89	135,66
	I	123,19	133,58
B	V	122,29	133,49
	IV	120,46	131,18
	III	118,59	128,79
	II	116,71	126,36
	I	114,79	123,84
A	V	113,46	122,87
	IV	111,46	120,19
	III	109,44	117,45
	II	107,40	114,68
	I	105,32	111,83

b) Valor do ponto da GDARM para a Carreira de Técnico em Atividades de Mineração:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDARM	
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

35:09.730 - PLEN
16/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1

		DE 2024	
ESPECIAL	III	58,37	66,18
	II	57,05	64,68
	I	55,77	63,23
B	V	53,46	60,53
	IV	52,27	59,19
	III	51,09	57,85
	II	49,94	56,55
	I	48,81	55,27
A	V	47,03	53,34
	IV	46,22	52,59
	III	45,57	52,1
	II	44,91	51,59
	I	44,23	51,02

" (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO XX

(Anexo VI-B à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

“VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE PRODUÇÃO MINERAL - GDAPM

a) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível superior do PEC-ANM referidos no art. 15 desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	100,46	109,44	52,53
	II	98,80	107,92	51,70
	I	97,16	106,42	50,88
C	VI	94,53	104,11	49,69
	V	93,00	102,67	48,91
	IV	91,47	101,26	48,15
	III	89,99	99,86	47,39
	II	88,52	98,48	46,65
	I	87,08	97,12	45,92
B	VI	84,77	95,03	44,85
	V	82,87	92,78	43,75
	IV	81,02	90,59	42,68
	III	79,22	88,47	41,64
	II	77,44	86,37	40,61
	I	75,73	84,34	39,62
A	V	73,76	82,54	38,70
	IV	72,12	80,60	37,75
	III	70,54	78,72	36,83
	II	68,99	76,89	35,93
	I	67,48	75,09	35,05

* C 0 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





b) Valor do ponto da GDAPM para os cargos de nível intermediário do PEC-ANM referidos no art. 15 desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	53,31	59,21	30,17
	II	52,08	57,79	29,43
	I	50,87	56,38	28,70
C	VI	48,70	53,78	27,39
	V	47,58	52,49	26,72
	IV	46,47	51,21	26,05
	III	45,42	49,99	25,41
	II	44,37	48,78	24,78
	I	43,36	47,61	24,17
B	VI	41,53	45,41	23,06
	V	40,50	44,16	22,42
	IV	39,48	42,93	21,79
	III	38,49	41,72	21,17
	II	37,53	40,55	20,57
	I	36,60	39,42	19,99
A	V	35,10	37,64	19,09
	IV	34,22	36,59	18,55
	III	33,38	35,57	18,02
	II	32,56	34,59	17,52
	I	31,77	33,64	17,03

" (NR)





ANEXO XXI

(Anexo VI-C à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

“VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DNPM - GDADNPM

a) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Analista Administrativo da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM	
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	93,69	113,20
	II	92,35	111,47
	I	90,97	109,89
B	V	90,52	109,65
	IV	89,02	107,83
	III	87,50	105,73
	II	85,92	103,53
	I	84,32	101,28
A	V	83,44	100,64
	IV	81,76	98,22
	III	80,05	95,74
	II	78,31	93,21
	I	76,56	90,63

b) Valor do ponto da GDADNPM para o cargo de Técnico Administrativo da Carreira de Técnico Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDADNPM	
		EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE DE	EFEITOS FINANCIEROS A PARTIR DE 1º DE



* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

35:09.730 - PLEN
16/05/2016
PR LP 1 => PL 1213/2024

		DE DE 2024	JANEIRO DE 2025
ESPECIAL	III	43,67	56,87
	II	42,55	55,48
	I	41,44	54,10
B	V	39,45	51,51
	IV	38,44	50,25
	III	37,45	49,01
	II	36,49	47,80
	I	35,54	46,61
A	V	33,90	44,50
	IV	33,45	44,16
	III	32,98	43,77
	II	32,49	43,34
	I	32,00	42,88

" (NR)



93





ANEXO XXII

(Anexo VI-D à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

“VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNPM - GDAPDNPM

a) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível superior do PEC-ANM não compreendidos no art. 15 desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	100,46	109,44	52,53
	II	98,80	107,92	51,70
	I	97,16	106,42	50,88
C	VI	94,53	104,11	49,69
	V	93,00	102,67	48,91
	IV	91,47	101,26	48,15
	III	89,99	99,86	47,39
	II	88,52	98,48	46,65
	I	87,08	97,12	45,92
B	VI	84,77	95,03	44,85
	V	82,87	92,78	43,75
	IV	81,02	90,59	42,68
	III	79,22	88,47	41,64
	II	77,44	86,37	40,61
	I	75,73	84,34	39,62
A	V	73,76	82,54	38,70
	IV	72,12	80,60	37,75
	III	70,54	78,72	36,83
	II	68,99	76,89	35,93
	I	67,48	75,09	35,05

* C 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





b) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível intermediário do PEC-ANM não compreendidos no art. 15 desta Lei:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	49,21	57,17	30,17
	II	47,99	55,74	29,43
	I	46,77	54,34	28,70
C	VI	44,61	51,73	27,39
	V	43,49	50,44	26,72
	IV	42,38	49,16	26,05
	III	41,33	47,94	25,41
	II	40,28	46,73	24,78
	I	39,27	45,56	24,17
B	VI	37,44	43,37	23,06
	V	36,41	42,11	22,42
	IV	35,39	40,88	21,79
	III	34,40	39,67	21,17
	II	33,44	38,51	20,57
	I	32,51	37,38	19,99
A	V	31,01	35,60	19,09
	IV	30,13	34,55	18,55
	III	29,29	33,52	18,02
	II	28,47	32,54	17,52
	I	27,68	31,59	17,03





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

Em R\$
Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1=4\$
PRLP 1=4\$ 1213/2024

PRLP n.1

c) Valor do ponto da GDAPDNPM para os cargos de nível auxiliar do PEC-ANM:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPDNPM		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE DE 2024	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026
ESPECIAL	III	12,89	14,76	10,83
	II	12,27	14,14	10,59
	I	11,87	13,65	10,37

" (NR)



* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *



ANEXO XXIII

(Anexo II-A à Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, DE QUE TRATA O ART. 1º

a) Subsídio da Carreira de Especialista em Recursos Minerais:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	22.929,74
	II	22.386,70
	I	21.843,68
B	V	21.300,65
	IV	20.758,76
	III	20.214,57
	II	19.672,69
	I	19.128,51
A	V	18.586,63
	IV	18.043,60
	III	17.499,42
	II	16.957,52
	I	16.413,35

b) Subsídio da Carreira de Técnico em Atividades de Mineração:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	11.451,74
	II	11.165,95
	I	10.889,58
B	V	10.347,22
	IV	10.092,08
	III	9.841,26



* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *



	II	9.598,05
	I	9.360,03
	V	8.942,28
A	IV	8.678,44
	III	8.465,08
	II	8.257,51
	I	8.053,32

c) Subsídio da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	21.325,15
	II	20.802,72
	I	20.279,14
B	V	19.756,72
	IV	19.233,14
	III	18.711,84
	II	18.187,13
	I	17.664,69
A	V	17.142,27
	IV	16.619,84
	III	16.096,26
	II	15.573,82
	I	15.050,25

d) Subsídio da Carreira de Técnico Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
ESPECIAL	III	11.060,32
	II	10.774,53





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

	I	10.494,73	
	V	9.944,35	
	IV	9.686,93	
B	III	9.437,25	
	II	9.192,90	
	I	8.954,87	
	V	8.487,92	
	IV	8.271,00	
A	III	8.057,64	
	II	7.850,07	
	I	7.648,17	

" (NR)

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1



99





ANEXO XXIV

TABELA DE QUANTITATIVO MÁXIMO DE SERVIDORES QUE FAZEM JUS À GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - GPDEC

NÍVEL DO CARGO	QUANTIDADE
Superior	90
Intermediário	10
Total	100





ANEXO XXV

VALOR DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - GPDEC

Em R\$

NÍVEL DO CARGO	VALOR DA GPDEC
	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE DE [REDACTED] DE 2024
Superior	3.824,81
Intermediário	2.448,14





ANEXO XXVI

(Anexo II à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

“TABELA DE SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DA CARREIRA DE POLICIAL FEDERAL”

a) Subsídio dos cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal:

Em R\$

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	34.732,87	36.469,51	41.350,00
PRIMEIRA	31.263,54	32.826,72	35.377,35
SEGUNDA	27.279,84	28.643,83	30.869,46
TERCEIRA	26.300,00	26.800,00	27.831,70

b) Subsídio dos cargos de Agente de Polícia Federal, de Escrivão de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal:

Em R\$

CLASSE	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	20.940,36	21.987,38	25.250,00
1ª CLASSE	17.140,56	17.997,59	19.617,37
2ª CLASSE	14.644,96	15.377,21	16.761,16
3ª CLASSE	13.900,54	14.164,81	14.710,10

” (NR)





ANEXO XXVII

(Anexo III à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

"TABELA DE SUBSÍDIO PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL"

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	III	18.583,31	19.512,48	23.000,00
		18.099,31	19.004,28	22.249,43
		17.629,42	18.510,89	21.524,32
PRIMEIRA	VI	16.742,84	17.579,98	20.306,21
	V	16.312,45	17.128,07	19.649,56
	IV	15.894,59	16.689,32	19.015,88
	III	15.488,91	16.263,36	18.404,39
	II	15.095,06	15.849,82	17.814,28
	I	14.712,66	15.448,30	17.244,77
SEGUNDA	VI	13.696,54	14.381,37	15.949,32
	V	13.580,40	14.259,42	15.704,54
	IV	13.465,41	14.138,68	15.463,72
	III	13.351,55	14.019,13	15.226,76
	II	13.238,83	13.900,77	14.993,63
	I	13.127,22	13.783,58	14.764,25
TERCEIRA	III	11.298,47	11.863,40	12.630,98
	II	11.206,08	11.766,38	12.440,90
	I	11.114,60	11.670,33	12.253,84

" (NR)





ANEXO XXVIII

(Anexo LXXXV à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL E DE TÉCNICO FEDERAL DE APOIO À EXECUÇÃO PENAL

a) Vencimento básico da Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal:

Em R\$

CLASSE ESPECIAL	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
C	IV	7.769,87	9.767,88	11.304,13
		7.631,25	9.551,44	11.027,84
		7.495,31	9.340,11	10.758,54
		7.361,78	9.133,10	10.495,03
		7.056,23	8.713,93	9.988,50
B	IV	6.931,09	8.521,90	9.745,06
	III	6.808,07	8.333,61	9.506,57
	II	6.687,59	8.150,23	9.274,84
	I	6.569,13	7.970,32	9.047,68
	V	6.297,24	7.605,46	8.611,32
A	IV	6.186,03	7.438,09	8.400,78
	III	6.076,85	7.274,35	8.195,08
	II	5.969,86	7.114,77	7.995,08
	I	5.864,80	6.958,60	7.799,60
	VI	5.663,16	6.763,47	7.609,48
	V	5.523,86	6.495,02	7.241,73
	IV	5.427,00	6.352,89	7.064,79
	III	5.332,04	6.214,27	6.892,61
	II	5.238,71	6.078,42	6.724,06
	I	5.146,99	5.945,24	6.559,00

* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *





b) Vencimento básico da Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO			Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026	
ESPECIAL	IV	4.630,42	4.968,20	5.991,78	
		4.554,70	4.872,68	5.836,27	
	III	4.480,42	4.779,58	5.686,10	
	II	4.407,36	4.688,17	5.539,12	
C	V	4.265,75	4.511,51	5.256,24	
	IV	4.196,35	4.425,54	5.120,08	
	III	4.128,14	4.341,39	4.987,60	
	II	4.061,12	4.259,01	4.858,68	
	I	3.995,27	4.178,37	4.733,20	
B	V	3.867,66	4.022,60	4.492,13	
	IV	3.805,01	3.946,51	4.375,31	
	III	3.743,54	3.872,30	4.262,49	
	II	3.683,10	3.799,59	4.152,57	
	I	3.623,68	3.728,33	4.045,45	
A	VI	3.519,50	3.623,84	3.940,02	
	V	3.452,02	3.523,45	3.739,90	
	IV	3.396,50	3.457,66	3.643,01	
	III	3.341,86	3.393,12	3.548,46	
	II	3.288,23	3.330,14	3.457,15	
	I	3.235,48	3.268,36	3.368,00	

" (NR)





ANEXO XXIX

(Anexo LXXXVI à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DA CARREIRA DE POLICIAL PENAL FEDERAL

CARGO	CLASSE	PADRÃO
POLICIAL PENAL FEDERAL	ESPECIAL SÊNIOR	V
		IV
		III
		II
		I
	ESPECIAL	IV
		III
		II
		I
	PRIMEIRA	IV
		III
		II
		I
	SEGUNDA	IV
		III
		II
		I
	TERCEIRA	III
		II
		I

” (NR)





ANEXO XXX

(Anexo LXXXVIII à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL COM O CARGO DE POLICIAL PENAL FEDERAL

CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL	ESPECIAL SÊNIOR	V	V	ESPECIAL SÊNIOR	POLICIAL PENAL FEDERAL	
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	ESPECIAL	IV	IV	ESPECIAL		
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	PRIMEIRA	IV	IV	PRIMEIRA		
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	SEGUNDA	IV	IV	SEGUNDA		
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	TERCEIRA	III	III	TERCEIRA		
		II	II			
		I	I			

” (NR)





ANEXO XXXI

(Anexo LXXXIX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA DO DEPEN/MJSP - GDAPEN

a) Valor do ponto da GDAPEN da Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal:

Em R\$

CLASSE ESPECIAL	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEN EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
C	IV	21,68	30,72	37,68
	III	21,36	30,07	36,76
	II	21,01	29,41	35,86
	I	20,70	28,78	34,99
	V	20,21	27,61	33,30
B	IV	19,89	27,01	32,48
	III	19,60	26,43	31,69
	II	19,30	25,86	30,91
	I	19,02	25,32	30,16
	V	18,57	24,30	28,70
A	IV	18,30	23,78	28,00
	III	18,02	23,28	27,32
	II	17,77	22,79	26,65
	I	17,51	22,31	26,00
	VI	17,24	21,83	25,36
	V	16,87	20,98	24,14
	IV	16,61	20,53	23,55
	III	16,38	20,11	22,97
	II	16,16	19,69	22,41
	I	15,92	19,28	21,87

* C D 2 4 8 2 8 0 7 6 3 0 0 *



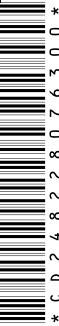


b) Valor do ponto da GDAPEN da Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAPEN		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL	IV	15,39	17,21	19,97
		15,09	16,83	19,46
		14,81	16,46	18,95
		14,52	16,09	18,46
C	V	14,03	15,42	17,52
	IV	13,76	15,08	17,07
	III	13,51	14,75	16,63
	II	13,26	14,43	16,20
	I	13,03	14,12	15,78
B	V	12,58	13,53	14,97
	IV	12,33	13,23	14,59
	III	12,13	12,96	14,21
	II	11,89	12,67	13,84
	I	11,69	12,40	13,48
A	VI	11,45	12,12	13,14
	V	11,10	11,64	12,46
	IV	10,90	11,39	12,14
	III	10,72	11,16	11,83
	II	10,53	10,92	11,52
	I	10,34	10,69	11,22

'' (NR)





ANEXO XXXII

(Anexo XC-A à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“TABELA DE SUBSÍDIO PARA A CARREIRA DE POLICIAL PENAL FEDERAL

Em R\$

Aprovação:

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO		
		1º DE AGOSTO DE 2024	1º DE MAIO DE 2025	1º DE MAIO DE 2026
ESPECIAL SÊNIOR	V	15.965,69	17.632,85	20.000,00
	IV	15.439,64	17.051,87	19.073,95
	III	14.930,92	16.490,03	18.445,49
	II	14.438,97	15.946,71	17.837,73
	I	13.963,22	15.421,28	17.250,00
ESPECIAL	IV	13.435,46	14.838,41	16.243,26
	III	12.992,78	14.349,50	15.708,07
	II	12.564,68	13.876,71	15.190,51
	I	12.150,69	13.419,49	14.690,00
PRIMEIRA	IV	11.750,34	12.977,33	14.208,69
	III	11.363,18	12.549,74	13.740,53
	II	10.988,78	12.136,25	13.287,80
	I	10.591,17	11.697,12	12.807,00
SEGUNDA	IV	10.242,20	11.311,71	12.318,19
	III	9.943,67	10.982,00	11.959,14
	II	9.654,72	10.662,88	11.611,63
	I	9.021,45	9.963,48	10.850,00
TERCEIRA	III	8.725,54	9.636,68	9.927,39
	II	8.437,79	9.318,87	9.600,00
	I	8.160,18	9.012,28	9.100,00

” (NR)



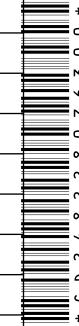


ANEXO XXXIII

(Anexo XII à Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010)

“Cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de nível superior, que poderão optar pela Estrutura Remuneratória de que trata o art. 19 desta Lei.

CARREIRA/PLANO	CARGO
CARREIRA PREVIDENCIÁRIA	ARQUITETO
Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ESTATÍSTICO
CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO	ARQUITETO
Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006	ECONOMISTA
	ECONOMISTA DOMÉSTICO
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRIMENSOR
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO OPERACIONAL
	ESTATÍSTICO
	GEÓLOGO
CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO	ARQUITETO
Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO FLORESTAL
	ESTATÍSTICO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	ECONOMISTA
Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003	ENGENHEIRO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA EMBRATUR	ARQUITETO
Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;	ECONOMISTA
	ECONOMISTA SÊNIOR
	ENGENHEIRO
	ESTATÍSTICO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA	ARQUITETO
Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO CIVIL
	ENGENHEIRO ELÉTRICO
	ESTATÍSTICO
	GEÓLOGO
	ECONOMISTA





PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUFRAMA	ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO FLORESTAL ENGENHEIRO OPERACIONAL	
Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006		
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ESTATÍSTICO	
Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005		
PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRIMENSOR ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO DE MINAS ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES ENGENHEIRO DE PESCA ENGENHEIRO ELÉTRICO ENGENHEIRO ELETRÔNICO ENGENHEIRO FLORESTAL ENGENHEIRO MECÂNICO ENGENHEIRO QUÍMICO ESTATÍSTICO GEÓLOGO	
Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006		
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRIMENSOR ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES ESTATÍSTICO	
Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009		
QUADRO DE PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL	ECONOMISTA	
Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005	ENGENHEIRO	
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - PCC	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	ENGENHEIRO DE PESCA ESTATÍSTICO GEÓLOGO	
SEGURO SOCIAL	ARQUITETO ECONOMISTA ECONOMISTA DOMÉSTICO ENGENHEIRO	

* C D 2 4 8 2 2 8 0 7 6 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

Lei n 10.855, de 1º de abril de 2004	ENGENHEIRO AGRIMENSOR ENGENHEIRO CIVIL ESTATÍSTICO	35:09.730 - PLEN PRLP1=>PL1213/2024
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECFUNAI Lei nº , de de de 2024	ARQUITETO ECONOMISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRONÔMO ENGENHEIRO FLORESTAL ESTATÍSTICO	

” (NR)

PRLP n.1



113





ANEXO XXXIV

CARGOS EFETIVOS VAGOS A SEREM TRANSFORMADOS EM CARGOS EFETIVOS VAGOS

CARGOS EXISTENTES						CARGOS CRIADOS					
CÓDIGO DO ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO DO GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	NOME DO CARGO	NÍVEL	QTD .	CÓDIGO DO ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO DO GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	NOME DO CARGO	NÍVEL	QTD .
30204	Carreira de Suporte Técnico em Propriedade Industrial,	46600 1	Técnico em Propriedade Industrial	NI	130	30204	Carreira de Produção e Análise em Propriedade Industrial	46400 1	Tecnologista em Propriedade Industrial	NS	138
30204	Carreira de Suporte em Planejamento , Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial	46700 1	Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial	NI	209						
25000	Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – CPST	42220 3	Agente Administrativo	NI	750	98000	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE	48004 2	Analista Técnico-Administrativo	NS	500
TOTAL						1.08 9	TOTAL				638





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União/MG

Apresentação: 18/05/2024 16:35:09.730 - PLEN
PRLP 1 => PL 1213/2024

PRLP n.1



1

CD248228076300

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248228076300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Marcelo Freitas